

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 20

DIÁRIO DE SÃO PAULO - SP - NOSSA OPINIÃO
ANFIP

Sobre Reforma Tributária para o Brasil - NOSSA OPINIÃO 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil tem menos servidores que EUA, Europa e países vizinhos da AL 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula priorizará economia e alta da receita no Congresso 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2024 será de "restrição", alerta Planejamento 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pauta do Congresso deve priorizar propostas econômicas 12

VALOR ONLINE - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN e Receita prorrogam Litígio Zero até 28 de dezembro 14

VALOR ONLINE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por que Lula precisa do Centrão no ministério 15

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS aumenta análise de aposentadorias por robôs e nega benefício em seis minutos
(Previdência) 17

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa não deve ser prioridade 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A segunda reforma - VICTOR CORREIA 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Reforma ministerial reforça poder de clãs políticos 21

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Análise: de onde vêm as maiorias 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Propostas testam acordo do Centrão com governo 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

LDO está atrelada ao novo marco fiscal 27

Segunda-Feira, 31 de Julho de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Consenso para o início da queda dos juros 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agro brasileiro entra de vez na era da sustentabilidade - MERCADO S/A..... 31

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e fake news após o recesso parlamentar 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo sistema tributário beneficiará toda a sociedade (Artigo)..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro ainda busca rumo um mês após inelegibilidade 37

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - COOPERATIVISMO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cooperativas têm 39% dos clientes de planos de saúde 39

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: boa para o agro e para o país (Artigo)..... 41

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senadores articulam por mudanças em proposta 42

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gol e Latam querem mudar reforma tributária por beneficiar Azul 44

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Elevação no rating do Brasil contribui para retomada dos IPOs na Bolsa, dizem especialistas
..... 45

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: inversão de forças no Senado amplia influência de Norte e Nordeste para
alterar texto
..... 47

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais punidas que os homens e em menos cargos de liderança: mulheres sofrem desequilíbrio
na Câmara
..... 49

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crescer o bolo e depois repartir? Ricos ficaram mais ricos e não repartiram 51

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Viagem de Bolsonaro aos EUA custou R\$ 757 mil ao erário 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Índia e México surgem como potências.....53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Vantagem chinesa, mão de obra barata agora é mais rara no país.....54

Sobre Reforma Tributária para o Brasil - NOSSA OPINIÃO

NOSSA OPINIÃO

Em 2018, foi publicado um grande livro (803 páginas), sob o título "A **Reforma Tributária** Necessária - Diagnósticos e Premissas", assinado pela **ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal)** e pela FENAFISCO (Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital)...

O trabalho, ampliado e atualizado pelas direções da **ANFIP** e da FENAFISCO e seus colaboradores, já defendia o enfrentamento das desigualdades sociais do Brasil, afirmando ser necessária uma **reforma tributária** ampla, contemplando o que chamam de premissas fundamentais.

A votação, entre 513 deputados na Câmara Federal, não contemplou. Agora é a vez dos membros das entidades exercerem sua legítima pressão sobre 81 senadores da República...

As premissas fundamentais de uma **Reforma Tributária** são estas: 1ª) ser pensada na perspectiva do desenvolvimento.

Ser adequada ao propósito de fortalecer o Estado de Bem Estar Social. Ser avançada, promovendo progressividade nas tributações diretas sobre pessoas físicas e jurídicas; nas internacionais para combater evasões e paraísos fiscais; nas financeiras sobre propriedades e riquezas.

Ser avançada, para promover progressividade pela redução das tributações indiretas. Ser fator de restabelecimento das bases do Equilíbrio Federativo. Ser aperfeiçoada a tributação sobre o comércio internacional, considerando as tributações ambientais. Ser fomentadora de ações que aumentem as receitas, sem aumento das cargas dos **impostos** revisando as renúncias fiscais e combatendo as evasões fiscais. Segundo as entidades, "por um país justo, democrático e civilizado"...

O jornal "Diário de S. Paulo" sempre apoiará - sob as Éticas Cristãs - as construções de um Brasil justo, democrático e civilizado...

Site: https://spdiario.com.br/media/uploads/pdfs/2023_-_edicoes/2023-07-31_diariosp_segunda.pdf

Brasil tem menos servidores que EUA, Europa e países vizinhos da AL

Alexa Salomão

No debate da reforma administrativa, que está parada no Congresso, ganhou força o argumento de que o Estado brasileiro está inchado. Quem estuda o serviço público afirma que é preciso revisar o concurso público, reformular as carreiras existentes, adaptar o efetivo às mudanças no mercado de trabalho e aprimorar a avaliação de desempenho. No entanto, refuta a ideia de que haja excesso gente na máquina pública.

"É um verdadeiro mito essa concepção de explosão na força de trabalho do serviço público no Brasil. Uma simples comparação internacional mostra isso", diz o pesquisador Félix Lopez, um dos coordenadores do Atlas do Estado Brasileiro, plataforma do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que reúne dados sobre servidores públicos.

Dos 91 milhões de trabalhadores brasileiros, 11,3 milhões estão no setor público com diferentes tipos de contratação. Representam 12,45% do total.

O número é parecido com o do México, onde 12,24% atuam no serviço público. Mas é menor que o dos Estados Unidos. O país que é referência global de valorização da iniciativa Privada tem 13,55% dos trabalhadores no setor público.

A fatia também é maior no Chile. Nesse país, muito citado pelas reformas liberais, que reduziram o peso do Estado, os servidores representam 13,10% da força de trabalho.

Mais que números, é fundamental levar em conta a política pública de cada país, diz Lopez. "O Brasil é ambicioso em suas políticas de universalização de saúde e educação, o que demanda mais gente. Ainda assim está no nível intermediário na comparação internacional."

O efetivo brasileiro está bem atrás das nações que optaram pelo Estado de bem-estar social na Europa: os servidores representam 30,22% dos trabalhadores na Noruega, e 29,28% na Suécia.

Na média dos países da OC-DE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), funcionários públicos são 23,48% do total de

trabalhadores.

O número de senadores no Brasil teve crescimento exponencial de 400% nos municípios desde o início dos anos 1990, para atender os serviços de saúde, educação e assistência social previstos na Constituição de 1988, diz o Lopez.

Ele aponta que professores, médicos e enfermeiros somam 40% do funcionalismo municipal: "A expansão foi conectada à demanda da sociedade, ou da Constituição, como queiram nomear, mas o fato é que foi feita para atender à população".

Ainda assim, há deficiências nas áreas que exigem mais qualificação. Pesquisa publicada neste mês pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios) mostra que um terço das cidades tem dificuldade para preencher vagas de médicos, incluindo grandes centros urbanos.

"Nas cidades menores, é difícil encontrar gente para contabilidade, engenheiro... quanto mais qualificado o servidor precisa ser, mais difícil fica. Mas o problema engrossa no médico," diz Paulo Ziulkoski, presidente da da CNM.

Baixos salários, exigência de carga horária de 40 horas, escassez de recursos e deficiências na infraestrutura pública são alguns dos problemas para atrair o profissional.

Na esfera federal, o volume de servidores encolheu, com exceção dos professores universitários, categoria que cresceu. O número de estatutários em 2023 é inferior ao de 1989, diz Pedro Masson, coordenador-geral de ciência de dados da diretoria de Altos Estudos da Enap (Escola Nacional de Administração Pública)

"São quase 100 mil servidores a menos entre os Concursados", afirma Masson. "O "mais Brasil e menos Brasília" já aconteceu na força de trabalho do serviço público, e a imagem de órgãos federais abarrotados de gente fazendo nada é uma caricatura."

A transição digital pode cobrir algumas atividades. Mais de 4.000 serviços estão digitalizados, incluindo a prova de vida, que confirma atividades de aposentados e pensionistas do **INSS**. Ela é feita pelo órgão via cruzamento de dados e também por

biometria no aplicativo Meu **INSS** do beneficiário.

Mas inúmeras atividades na esfera federal estão com falta de gente, especialmente agências reguladoras, institutos de pesquisas e órgãos ambientais.

Em artigo na Folha, os empresários Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski criticaram a permanência do Estado em áreas que poderiam ser mais bem gerenciadas pelo setor privado, como portos e aeroportos.

Mas defenderam as carreiras típicas de Estado, como as da **Receita federal** ou agências reguladoras, e questionaram a falta de profissionais para o bom funcionamento de órgãos públicos que consideram fundamentais para a economia.

Entre os órgãos com carência de profissionais listados no artigo estão a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que regula funcionamento do mercado de capitais, a Embrapa, cuja pesquisa agropecuária é fundamental para a projeção do Brasil nessa área, e o Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), órgão de registro de patentes.

À reportagem, Wongtschowski, acionista do grupo Ultra, dono das marcas Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, disse que a intenção do artigo foi fazer uma alerta.

"Há um postura simplista e generalizada da elite brasileira de sempre achar que o Estado é grande demais. Criou --se, assim, um consenso, que é falso, de que há um excesso generalizado de funcionários públicos", afirmou ele. "No entanto, há instituições de respeito que estão altamente deficitárias em termos de volume de pessoal."

O servidor público clássico, concursado, com estabilidade, vocação e qualificado, tem outra função na estrutura pública, afirma o cientista político Fernando Luiz Abrucio, pesquisador e professor da FGV EPPG (Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas).

"Ele é o representante do Estado, e de suas normas e deveres, e esse papel ficou claro durante a pandemia e no governo de Jair Bolsonaro, quando áreas fragilizadas foram defendidas por parte funcionalismo", diz Abrucio.

"Imagine se não tivéssemos os profissionais do SUS atuando na pandemia -foram eles que evitaram tragédia maior", aponta. Ele diz que o mesmo vale para servidores do Ibama, dos ministérios do Trabalho, da Educação, do Meio Ambiente, para citar alguns.

Servidores da **Receita Federal** no Aeroporto de Guarulhos se recusaram a liberar joias trazidas da Arábia Saudade na comitiva do ministro de Minas e Energia no país, sem o pagamento do imposto, ainda que pressionados pelo ministro e pelo chefe da Receita.

Outro exemplo de servidor que atuou em defesa das normas do Estado é o do indigenista Bruno Araújo Pereira, que, mesmo licenciado da Funai, atuava na defesa Terra Indígena Vale do Javari (AM) quando foi assassinado.

"Essa burocracia profissional do Estado resiste quando necessário", afirma Abrucio. "Não precisamos de menos servidores, mas de mais profissionalização da máquina estatal. Não há saída fora disso se queremos ter desenvolvimento econômico."

É um verdadeiro mito essa concepção de explosão na força de trabalho do serviço público no Brasil. Uma simples comparação internacional mostra isso

Félix Lopez, pesquisador e um dos coordenadores do Atlas do Estado Brasileiro do Ipea

O "mais Brasil e menos Brasília" já aconteceu na força de trabalho do serviço público, e a imagem de órgãos federais abarrotados de gente fazendo nada é uma caricatura

Pedro Masson, coordenador-geral de ciência de dados da diretoria de Altos Estudos da Enap

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50354&maxTouch=0&anchor=6480953&pd=f94c197f33adf234e0eaa34bbdbb9a34>

Lula priorizará economia e alta da receita no Congresso

Ranier Bragon, Idiana Tomazelli e João Gabriel

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manterá a economia no topo das prioridades no Congresso Nacional no segundo semestre. Atenção especial será destinada a projetos que buscam elevar a arrecadação federal e contribuir para o plano do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de zerar o déficit e reequilibrar as contas públicas.

Senadores e deputados voltam aos trabalhos nesta terça-feira (1º) ainda tendo sobre a mesa a conclusão da análise das três prioridades da área no primeiro semestre: os projetos do novo arcabouço fiscal, o que devolve ao Executivo o voto de minerva na análise de conflitos tributários e a PEC (propostas de emenda à Constituição) da **Reforma Tributária**.

O governo também deve enviar um novo bloco de medidas consideradas necessárias para fechar o Orçamento de 2024, mas que podem ainda enfrentar resistências entre parlamentares.

A retomada da discussão da pauta econômica ocorre em meio às tratativas entre Lula e o centrão para selar o embarque no governo do PR do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Republicanos, com a ocupação de ministérios por representantes dessas siglas na Esplanada.

Embora Haddad mantenha boa interlocução com Lira, membros do governo reconhecem que a agenda tem sido usada para ampliar o poder de barganha do bloco nessas negociações. Em julho, o presidente da Câmara inverteu a pauta para dar preferência à **Reforma Tributária**, apesar de a prioridade do governo ser o novo arcabouço fiscal -que acabou ficando para agosto.

Agora, o foco número um da equipe econômica é garantir a conclusão da votação dessa nova regra para as contas públicas, que será mais flexível do que o atual teto de gastos. É ela que balizará o Orçamento de 2024, a ser enviado até 31 de agosto. O arcabouço já foi aprovado na Câmara e no Senado, onde sofreu alterações. Por isso, precisa passar novamente pelos deputados.

A expectativa é que Lira convoque uma reunião logo no início da próxima semana para discutir com o

relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), e lideranças na Casa os pontos modificados no Senado e a data de votação. No governo, espera-se que a etapa final da proposta seja concluída ainda no mês de agosto.

A **Reforma Tributária**, por sua vez, foi aprovada na Câmara graças aos interesses compartilhados entre o governo e Lira, que se colocou como fiador da proposta de olho numa espécie de "selo de qualidade" que o avanço da medida pode conferir à sua gestão.

O texto ainda não chegou oficialmente ao Senado, mas já tem relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Ainda não há um cronograma de trabalho, mas as negociações já começaram. Uma das maiores polêmicas é qual será a alíquota futura dos novos **tributos**, que vão substituir os atuais PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

O governo tem alertado que o elevado número de exceções ao regime padrão aprovado na Câmara -que contemplou de times de futebol a igrejas- pode tornar a tributação mais pesada para todos. O lobby dos setores, entretanto, vai justamente na direção de basear para si um tratamento favorecido ou diferenciado, ampliando assim a lista das flexibilizações.

Haddad tem dito publicamente que aposta no Senado para limitar as concessões feitas na Câmara, mas técnicos experientes comparam o impasse a um dentifrício: uma vez que a pasta saiu do tubo, não há como recolocá-la para dentro.

Outro projeto na pauta de prioridades da equipe econômica é o que devolve ao governo o chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**. Esse mecanismo dá ao governo o poder de desempate em julgamentos de litígios tributários, o que poderia assegurar parte das receitas que ajudariam a zerar o déficit.

O governo projeta uma arrecadação de cerca de R\$ 40 bilhões com a proposta, embora a Câmara tenha incluído uma série de jabutis que podem reduzir esse potencial. O texto ainda precisa ser analisado pelo Senado.

Relator da proposta, o senador Otto Alencar (PSD-BA)

disse que se reunirá nesta semana com o relator da medida na Câmara, Beto Pereira (PSDB-MS). Ele disse esperar que o tema seja aprovado ainda em agosto.

Além desses três temas, os parlamentares precisam analisar o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, que fixa formalmente a meta fiscal de déficit zero para o ano que vem, e o novo bloco de medidas de Haddad para ampliar a arrecadação e reequilibrar as contas públicas.

O governo calcula precisar de um adicional de R\$ 130 bilhões (já incluindo nesse valor projeto do **Carf**), mas trabalha com um amplo cardápio de medidas para ter margem de manobra.

Uma das iniciativas é a MP (medida provisória) que regulamenta o mercado de apostas esportivas, que estabelece taxa de 18% sobre as receitas obtidas com jogos, descontados os prêmios pagos. A estimativa preliminar da Fazenda é arrecadar R\$ 2 bilhões, mas a expansão do mercado pode elevar esse valor a algo entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Líderes partidários afirmam que a MP deve virar alvo de diferentes segmentos com representação no Congresso, em uma briga para aprovar emendas que lhes direcionem alguma fatia da receita. O projeto vem, inclusive, aguçando o interesse do centrão pela pasta do Esporte, que é destinatária de 3% da alíquota de 18%.

Outra ideia para elevar o bolo de receitas federais é o envio, pela equipe de Haddad, da proposta de taxar os rendimentos em fundos exclusivos de investimentos, usados por super-ricos para manter suas aplicações sem necessidade de recolher **impostos** anualmente.

O tema será um relevante ponto de divergência, por se tratar da taxa de um segmento com forte poder de pressão no Legislativo. Tentativas passadas de taxar fundos exclusivos esbarraram nas resistências de parlamentares, insufladas por investidores. A medida também já foi criticada por Lira, para quem a mistura desse tema com a **Reforma Tributária** em discas são no Senado pode "embolar esse meio de campo".

Alguns parlamentares, porém, avaliam haver apoio da população à medida, o que dificultará oposição ferrenha à pauta.

Ainda distante do foco de prioridades do governo, a reforma administrativa também foi apresentada por Lira como um dos temas a que a Câmara deve se dedicar neste segundo semestre.

Parlamentares dizem que, apesar do apoio do

parlamentar, a falta de interesse do governo e a resistência histórica ao tema por parte do PT, que tem no setor sindical um de seus pilares de sustentação, são forças contrárias. Além disso, a reforma administrativa que interessa ao governo é totalmente diferente da PEC que tramita na Câmara e que foi apresentada ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

Por outro lado, o sucesso da aprovação da **Reforma Tributária**, que tinha um histórico de décadas de idas e vindas, leva alguns congressistas a dizer ser possível a costura de um acordo para também desbloquear a administrativa.

Outro projeto que irá a discursão em agosto é o do Desenrola, programa de renegociação de dívidas e promessa de campanha de Lula.

O deputado Alencar Santana (PT-SP), relator da proposta, afirmou que irá manter no texto a previsão de um limite para os juros cobrados no rotativo do cartão de crédito. Em maio, os juros dessa modalidade atingiram a média de 455% ao ano, o maior patamar em mais de seis anos. Os bancos são contra e tentam barrar esse ponto.

Em todos esses temas, o jogo de forças no Congresso exige a atenção do governo. Lula foi eleito com a mais estreita margem da história e, além disso, viu a base de esquerda ocupar apenas cerca de um quarto das cadeiras do Congresso, o que o obrigou a basear composição com partidos de centro e de direita.

Após amarrar o apoio de MDB, PSD e União Brasil, esse último com consideráveis focos de dissidência, o petista busca agora atrair o PP de Lira e o Republicanos. Isso lhe proporcionaria uma folga formal considerável de 374 dos 513 votos na Câmara, mas a conta real é incerta devido às prováveis dissidências.

Propostas de maior interesse do governo

Novo arcabouço fiscal:

aprovado por Câmara e Senado, vai a nova votação na Câmara

- Volta do voto de qualidade do **Carf**: aprovada na Câmara e pendente do Senado

- PEC da **Reforma Tributária**:

aprovada na Câmara e pendente do Senado

- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024:

precisa ser aprovado na Comissão Mista de Orçamento e no plenário do Congresso

-MP das apostas esportivas: precisa ser aprovada nas duas Casas

-Tributação de offshores:

precisa de aprovação nas duas Casas, mas ainda pode ser inserido em outra proposta

- Mudança nas regras do JCP (mecanismo vantajoso usado pelas empresas para remunerar seus acionistas):

governo quer enviar até 31 de agosto para compor o projeto de Orçamento

- Proposta de Orçamento de 2024: precisa ser enviada até 31 de agosto e aprovada no plenário do Congresso

-Taxação de fundos exclusivos: governo quer enviar até 31 de agosto para compor projeto de Orçamento

-Desenrola: será inserido em outro projeto

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50354&maxTouch=0&anchor=6480953&pd=f94c197f33adf234e0eaa34bbdbb9a34>

Orçamento de 2024 será de "restrição", alerta Planejamento

Para decepção de muitos ministros que sonhavam com a concretização de planos ambiciosos a partir do fim do teto de gastos, o cenário para a elaboração da proposta do Orçamento de 2024 é de restrição. "A palavra de ordem é: realocar, mostrar que é eficiente", disse ao Valor o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães.

Os ministérios já foram informados sobre os valores de que devem dispor no ano que vem.

Dentro do limite, cada pasta vai definir os programas prioritários e quanto será destinado a eles.

Fazenda e Planejamento sofrerão redução de cerca de 35% para suas despesas discricionárias (não obrigatórias). As pastas da área econômica serão "doadoras" de recursos para outros ministérios, para preservar os programas mais importantes, informou o secretário. No Ministério da Fazenda, a redução chega a R\$ 2,6 bilhões.

As discussões técnicas prosseguirão nas próximas semanas. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto.

O aperto decorre do próprio fim do teto de gastos e de sua substituição pelo novo arcabouço fiscal, que estabelece como meta zerar o déficit primário no ano que vem.

Segundo Guimarães, o governo trabalha com o acréscimo de R\$ 128 bilhões nas despesas discricionárias, em comparação com este ano. Porém, essa margem foi ocupada em grande parte pelos seguintes itens: gasto mínimo constitucional em saúde e educação, correção do salário mínimo e investimentos.

Os mínimos constitucionais com saúde e educação estavam suspensos pela regra do teto de gastos. No entanto, voltam a vigorar sob o novo arcabouço fiscal.

Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer conceder aumento real para o salário mínimo, o que impacta as despesas com Previdência, assistência social, abono e seguro-desemprego.

O arcabouço ainda criou um piso para investimentos,

que deverá ser da ordem de R\$ 70 bilhões no ano que vem.

Assim, com exceção das pastas de Saúde, Educação e as que têm grande volume de investimentos, como Transportes, os demais ministérios ficarão com pouco espaço para expandir despesas.

Técnicos trabalham num quadro inédito de incertezas. O PLOA é elaborado usando como base o novo arcabouço fiscal - apesar de a regra ainda não ter sido definitivamente votada pelo Congresso Nacional e, portanto, ainda não ser lei. Usa-se a versão da proposta aprovada no Senado, mas o texto ainda precisa passar pela Câmara, onde pode sofrer modificações.

A peça orçamentária ainda contará com cerca de R\$ 130 bilhões em receitas que dependem de medidas em exame pelo Congresso.

São as medidas para garantir que a peça irá com meta de primário igual a zero. Por exemplo, de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões a serem arrecadados caso seja aprovada a proposta que devolve ao governo o voto de desempate nas disputas entre Receita e contribuintes no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que tampouco foi aprovada, permite que o Orçamento considere, de forma condicionada, receitas decorrentes da implementação de propostas em tramitação no Congresso. Para tanto, essas precisam estar protocoladas até o dia 31 de agosto. É por isso que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que enviará um pacote de medidas para elevar receitas junto com a proposta de Orçamento. A composição do pacote é decisão da Fazenda, disse Guimarães.

Pelo que foi informado até agora, será composto, além do projeto do **Carf**, pelas propostas de taxaço dos fundos exclusivos (cerca de R\$ 10 bilhões) e dos fundos offshore (cerca de R\$ 4 bilhões), por um programa que estimulará empresas a acertarem as contas após a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre incentivos do ICMS (cerca de R\$ 50 bilhões), a taxaço de loterias (cerca de R\$ 2 bilhões) e outras.

Há um conjunto de possibilidades que passam inclusive pela eliminação de benefícios fiscais, os chamados "jabutis", mas a decisão depende da Fazenda.

A principal dúvida do governo em relação ao arcabouço diz respeito à regra de correção das despesas.

A versão aprovada no Senado permite uso da **inflação** ocorrida no ano, enquanto a versão saída da Câmara utilizava **inflação** medida de julho a junho.

Para 2024, a versão do Senado permite cerca de R\$ 30 bilhões a mais de despesas.

Se a Câmara dos Deputados rejeitar a mudança feita pelos senadores, será necessário promover novos cortes no Orçamento, informou o secretário.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Orçamento de 2024 será de 'restrição', alerta Planejamento

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616?page=1§ion=1)**

Pauta do Congresso deve priorizar propostas econômicas

Assim como ocorreu no primeiro semestre, propostas econômicas devem dominar a pauta do Congresso após os parlamentares retornarem do recesso do meio do ano. Apesar das constantes divergências, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estão alinhados sobre a necessidade de manter nos próximos meses o ritmo célere dos trabalhos do Legislativo.

Essa disposição pode ser turbinada caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tire do papel a minirreforma ministerial já nos primeiros dias de agosto. Há a leitura de que as mudanças na Esplanada têm potencial de ampliar o número de votos favoráveis em apreciações de projetos que sejam considerados prioritários pelo Palácio do Planalto.

Poucas horas antes de o plenário da Câmara analisar a **reforma tributária**, no fim do semestre passado, Lula deu sinal verde para que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência, Alexandre Padilha (PT), fizesse aceno à cúpula da Casa de que uma dança das cadeiras no primeiro escalão ocorreria.

As negociações estenderam-se durante o recesso e parlamentares do Centrão e o próprio Lira esperam que a minirreforma, que colocará os deputados Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e André Fufuca (PP-MA) à frente de pastas da Esplanada, seja concretizada ainda na primeira semana de agosto.

Interlocutores do presidente da Câmara apontam que o governo será beneficiado assim que o novo desenho da equipe ministerial saia do papel. Ainda que partidos, como o PP e o Republicanos sigam independentes, eles entregarão mais votos favoráveis.

Apesar de já ter acertado com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que dará preferência ao marco legal de garantias e à **reforma tributária**, quando ambas retornarem para nova apreciação da Câmara, Lira escalou os líderes partidários para uma reunião nesta terça-feira para definir a pauta prioritária da Casa no segundo semestre.

Já na arrancada dos trabalhos, Lira e seus pares farão uma nova análise do projeto do arcabouço fiscal, que foi modificado pelo Senado.

O governo tem pressa em ver a proposta aprovada, porque quer trazer as previsões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O texto deve ser encaminhado ao Congresso até o fim de agosto.

Durante o recesso, o presidente da Câmara chegou a demonstrar simpatia com a possibilidade de enfrentar a reforma administrativa nos próximos meses, mas a iniciativa não empolgou governistas nem parlamentares do centro.

No Senado, as atenções também estarão voltadas à matérias econômicas.

Logo na largada, Pacheco já submeterá para apreciação o texto que retoma o voto de qualidade do **Carf**. O presidente da Casa e Haddad fizeram um acordo para que o projeto seja votado nos primeiros 15 dias de agosto.

A prioridade de Pacheco nos próximos meses será a **reforma tributária**.

O projeto irá tramitar apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a ideia do governo é levar ao plenário em outubro.

Parlamentares da base, ouvidos pelo Valor, acreditam que o prazo é "otimista demais" e dizem que a matéria será apreciada "ainda este ano". Alguns senadores enxergam a votação da **reforma tributária** como uma oportunidade de o Senado terminar o ano com mais protagonismo.

Em paralelo à tramitação na CCJ, a matéria também será analisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O colegiado não irá deliberar sobre a matéria, mas terá um grupo de trabalho para discutir a **reforma tributária** que deve funcionar por 60 dias. O relator do colegiado será o senador Efraim Filho (União-PB).

Outro assunto que deve ter destaque no Senado é a regulamentação da inteligência artificial (IA). O tema é caro ao presidente Rodrigo Pacheco que apresentou um projeto para estabelecer um marco regulatório para o uso da IA no Brasil.

A iniciativa é resultado do trabalho de uma comissão de juristas, criada por Pacheco em 2022 e que foi presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça

(STJ), Ricardo Villas Bôas Cueva.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616?page=1§ion=1)**

PGFN e Receita prorrogam Litígio Zero até 28 de dezembro

Por Edna Simão, Valor - Brasília

Em portaria conjunta, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a **Receita Federal** prorrogaram de 31 de maio para 28 de dezembro o prazo para adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), conhecido como "litígio zero".

O Litígio Zero permite a renegociação de dívidas tributárias baseada na capacidade de pagamento do contribuinte, em troca da desistência de ações na Justiça (no caso de débitos inscritos na Dívida Ativa da União) ou de contestações administrativas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão que julga na esfera administrativa débitos com o Fisco.

A adesão pode ser pedida por meio de processo digital no Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal** (e-CAC). O acesso ao e-CAC exige conta no Portal Gov.br nível prata ou ouro, certificação digital (no caso de empresas) ou um código especial que pode ser obtido mediante o número do recibo da última declaração do Imposto de Renda (para pessoas físicas).

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/31/pgfn-e-receita-prorrogam-litigio-zero-ate-28-de-dezembro.ghtml>

Por que Lula precisa do Centrão no ministério

Por Bruno Carazza

Foi o último ato do primeiro semestre e ao mesmo tempo a primeira imagem do governo Lula em sua última versão.

Sexta-feira, 7 de julho, 17h30. Depois de ter aprovado na Câmara a **reforma tributária** e o projeto do **Carf**, o presidente recebeu no Palácio do Alvorada as principais lideranças dos partidos que integram a sua base no Congresso para comemorar.

Estavam lá José Guimarães (PT-CE), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Aliel Machado (PV-PR), Túlio Gadêlha (Rede-PE), Tabata Amaral (PSB-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Luis Tibé (Avante-MG), representantes de partidos da coligação que derrotou Bolsonaro em 2022.

Também se fizeram presentes comandantes do triunvirato de centro-direita que embarcou no governo antes mesmo da posse: Antonio Brito (PSD-BA), Isnaldo Bulhões (MDB-AL) e Elmar Nascimento (União Brasil-BA).

Mas o que chamou a atenção foi o comparecimento do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acompanhado dos líderes André Fufuca (PP-MA) e Hugo Motta (Republicanos-PB).

Naquele momento selou-se o pacto entre Lula e o Centrão de Lira.

Para o Centrão, são bastante claras as vantagens de se embarcar no governo. Influência, poder, ministérios, cargos, indicações de apadrinhados, estatais, orçamento, despesas públicas em seus redutos eleitorais - todos os elementos que fazem as engrenagens da política brasileira funcionar no modo "continuidade".

Do ponto de vista de Lula, porém, os benefícios de agraciar o PP e o Republicanos com parcelas do poder não são tão óbvios assim.

É bem verdade que o bloco de apoio do presidente no Legislativo é frágil. Sua coligação, composta por partidos de esquerda e centro-esquerda, elegeu em torno de um quarto das cadeiras na Câmara e no Senado. Mesmo com a aliança formada depois da

eleição com MDB, PSD e União Brasil, ainda não se conseguiu uma base suficiente para se passar com tranquilidade propostas de mudança constitucional ou medidas tecnicamente mais complexas.

As vitórias legislativas conseguidas até aqui se deram por negociações pontuais, feitas caso a caso, tendo Arthur Lira como fiador e pagas à vista por meio da liberação de bilionárias verbas orçamentárias.

Ao admitir como sócios os dois principais partidos do Centrão, PP e Republicanos, Lula teria o apoio formal de 374 deputados, o que em teoria lhe daria condições de aprovar com folga qualquer norma na Câmara.

Mas atenção para os condicionantes "formal" e "em teoria" do parágrafo anterior. Como já foi comprovado durante o primeiro semestre na parceria com MDB, PSD e União Brasil, a concessão de ministérios ao PP e ao Republicanos não garante a integralidade de seus votos a favor do governo, por dois motivos.

Em primeiro lugar, nessas legendas há um grupo significativo de membros antilulistas e até mesmo bolsonaristas que dificilmente vão aderir. Mesmo feitos esses descontos, contudo, PP e Republicanos proporcionarão a Lula uma margem confortável para acelerar a tramitação de PECs e projetos de lei, desde (e aqui entra a segunda condicionante) que o Palácio do Planalto proponha uma pauta conservadora, de cunho muito mais econômico do que social.

Com MDB, PSD, União Brasil e agora PP e Republicanos compondo seu ministério e sendo responsáveis por 63% de sua base parlamentar na Câmara, medidas de inclusão social ou a reversão de iniciativas liberais de **Temer** e Bolsonaro têm baixíssima probabilidade de avançarem.

Se a celebração do acordo com o Centrão representa a abdicação de qualquer ambição de passar uma agenda progressista no Congresso, o que Lula ganha ao dar órgãos e estatais para o grupo de Arthur Lira?

A primeira vantagem é uma espécie de seguro contra crises. Ter o Centrão abrigado na Esplanada aumenta sua proteção contra chantagens que se materializam em pedidos de CPIs, pautas-bomba de natureza fiscal e até mesmo em votações de retrocessos na área social ou ambiental - vide o caso do marco temporal

das terras indígenas.

Além de buscar sossego para governar, a associação formal com o Centrão também amplia as chances de promoção de medidas de crescimento econômico no Parlamento. Político experiente que é, Lula aposta em **PIB** e emprego em alta para resgatar sua credibilidade junto a parcela expressiva do eleitorado - principalmente as classes C e D - e, assim, chegar em 2026 com chances confortáveis de derrotar o bolsonarismo.

Como se sabe, a bancada do Centrão é muito bem conectada com representantes do agronegócio, da construção civil e de importantes empresas da indústria e dos serviços. Ao acomodar em seu bloco essa expressiva bancada empresarial, o governo terá a oportunidade de passar propostas creditícias, tributárias e regulatórias que estimulem o crescimento a despeito das limitações do arcabouço fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e uma postura ainda conservadora do Banco Central.

A entrada do Centrão no ministério de Lula é a sua cartada para garantir paz e apoio para uma agenda econômica que almeja mais quatro anos de Presidência do PT e, se possível, com uma bancada mais confortável no Congresso.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Por que Lula precisa do Centrão no ministério

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/por-que-lula-precisa-do-centrao-no-ministerio.ghtml>

INSS aumenta análise de aposentadorias por robôs e nega benefício em seis minutos (Previdência)

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) aumentou de 17% para 23% a análise automática de benefícios com uso de inteligência artificial entre 2022 e 2023. Três em cada dez benefícios sob o regime de análise automática são concedidos -ou negados- por um sistema automatizado.

A meta é ampliar para 50% a automação das análises até 2026. Em 2021, o uso de robôs era de 10%. A medida é mais uma das formas de enfrentar a fila de espera por concessão de benefícios, hoje em 1,794 milhão. De um total de mais de cem benefícios concedidos pelo órgão, oito deles têm análise automática: aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-reclusão da pessoa com deficiência, BPC (Benefício de Prestação Continuada) da pessoa com deficiência, BPC do idoso e salário-maternidade.

A agilidade da análise agrada aos segurados que têm o pedido atendido, mas pode gerar distorções, como no caso de um trabalhador de 53 anos que teve o benefício negado em seis minutos, ao fazer o pedido na última quarta-feira (26).

Os advogados do frentista C.A.S. fizeram a solicitação da aposentadoria por tempo de contribuição às 9h58 da quinta. Às 10h04, o pedido havia sido negado, sem que fosse analisada documentação específica do segurado, que tem direito de converter tempo especial em comum -aumentando o tempo de contribuição, o que faz com que se consiga atingir as condições mínimas do pedido o quanto antes.

O segurado tem documento comprovando 24 anos, 11 meses e 29 dias de tempo especial. Por um dia, não conseguiu solicitar a aposentadoria especial, que é concedida a quem tem, no mínimo, 25 anos de trabalho em área prejudicial à saúde.

A documentação enviada lhe garante a conversão deste tempo especial em comum e, ao somar com o serviço militar e outros empregos, o trabalhador conseguiu atingir o tempo mínimo exigido de homens para pedir a aposentadoria por tempo de contribuição,

que é de 35 anos para os homens, mas não foi analisado pelo **INSS** por conta da análise por robôs.

O **INSS** afirma que, na hora de solicitar a aposentadoria, houve erro e, ao responder as perguntas feitas pelo sistema, foi informado que não havia tempo especial. "O pedido foi negado pois o segurado, ao preencher a solicitação do benefício, indicou que não possuía tempo especial", diz o órgão.

De acordo com o instituto, há uma análise automática do que o segurado informa no momento em que pede o benefício. "Foi o que ocorreu neste caso", afirma o instituto.

Segundo o advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, ao negar automaticamente sem analisar os demais documentos anexados, o **INSS** contraria portaria do próprio órgão, que em 2022 regulamentou a questão, na qual diz que "o requerimento será analisado mesmo que não venha acompanhado de documentos e ainda que, preliminarmente, constate-se que o interessado não faz jus ao benefício".

"O sistema está atropelando o procedimento legal previsto para qualquer PAP (Processo Administrativo Previdenciário), que seria a contemplação por exemplo das fases inicial, instrutória e decisória. Ao agir assim, retira-se a possibilidade de uma análise detalhada, de abrir prazo para exigência ou diligência", diz.

O uso de robôs na concessão de benefícios é criticado pelos servidores administrativos do instituto, que defendem a análise criteriosa dos pedidos, mas afirmam que o quadro enxuto de pessoal - mesmo após concurso para contratar mil funcionários - impede tal procedimento.

Em nota o SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo), diz que o uso de robôs, mesmo com alto investimento em tecnologia, "não tem o mesmo zelo de uma análise por um técnico, devido à grande variedade de situações que permeiam a vida do segurado".

"Tanto para se conceder ou indeferir um pedido, o técnico percebe quando o segurado tem chances de melhorar o seu benefício, e pode fazer exigências. A direção do **INSS** tem conhecimento das negativas automáticas, já levantadas diversas vezes pelas entidades representativas, e a resposta é que o automático veio para ficar e depende de investimentos em tecnologia e interligação com outros órgãos", diz o sindicato.

Após a negativa do **INSS**, o segurado tem alguns caminhos que pode seguir para tentar a concessão. O primeiro passo seria recorrer da decisão contrária, na Junta de Recursos do CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**), cujo prazo médio de resposta passa de mil dias, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União).

O segurado também pode ir direto ao Judiciário em busca da concessão. Ações de até 60 salários mínimos podem ser propostas no Juizado Especial Federal, sem advogado. No entanto, é indicado a presença de um defensor, já que, se houver recurso do **INSS**, o prazo para nomear um advogado é de até dez dias.

Outro caminho é esperar 30 dias e, após esse período, fazer uma nova solicitação. O pedido pode ser feito pelo aplicativo ou site Meu **INSS**, ou pela central 135, de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h. O segurado deve ter completado as condições mínimas do pedido e ter a documentação que comprove o direito ao benefício.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/inss-aumenta-analise-de-aposentadorias-por-robos-e-nega-beneficio-em-seis-minutos.shtml>

Reforma administrativa não deve ser prioridade

Depois da aprovação da **reforma tributária** pela Câmara dos Deputados, parte da classe política e do empresariado tem cobrado do governo apoio à reforma administrativa, tema que a gestão anterior tentou fazer deslanchar, mas acabou empacado. O presidente Lula (PT) não tem dado sinais de que irá priorizar o tema, que ainda não está no horizonte do Ministério da Fazenda. A avaliação é que a pauta do segundo semestre do ano já se encontra suficientemente congestionada, com a primeira fase da tributária ainda no Senado (e possivelmente tendo que retornar à Câmara, caso os senadores façam alterações).

Há ainda outros temas da agenda econômica, como medidas de aumento da arrecadação, a exemplo da taxa dos chamados "super-ricos", e depois o governo ainda pretende discutir a reforma do Imposto de Renda (IR). Até agora, o governo petista já abriu mais de 8 mil vagas em concursos públicos, sob a justificativa de ser necessário recompor a base do funcionalismo público, que, com a pandemia e o governo Jair Bolsonaro (PL), teve muitas vagas congeladas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi uma das vozes que se manifestou publicamente a favor dessa reforma. "Vamos tratar da reforma administrativa. Ela está pronta para o plenário. É o próximo movimento, que precisa do apoio e depende de cada um", afirmou no último dia 24, a uma plateia de empresários em São Paulo. Lira tenta marcar posição e impulsionar o governo a tomar uma ação. No entanto, as pressões esbarram na posição histórica do PT de se opor a mudanças na administração federal, como o corte nas remunerações de servidores. A parcimônia se deve porque muitos petistas têm no funcionalismo a base eleitoral, e a ideia é evitar desgastes com esse segmento. Durante a campanha, Lula chegou a sinalizar de forma favorável a uma reforma administrativa. Em discurso na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em agosto de 2022, ele afirmou: "Eu acho que nós vamos ter de fazer uma reforma administrativa sim. É preciso, você tem pouca gente ganhando muito e tem muita gente ganhando muito pouco". Bolsonaro, que não concedeu reajustes a **servidores públicos** em seu mandato, fez uma tentativa fracassada de reforma em seu segundo ano de mandato, com a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. Naquele ciclo de governo, ele esperou aprovar a reforma da Previdência antes de se dedicar à

administrativa.

TEXTO PRÓPRIO

Apesar de ainda não ter estabelecido prazo, o governo, se propuser reforma administrativa, deverá apresentar texto próprio, sem aproveitar a PEC elaborada por Paulo Guedes e parada na Câmara desde setembro de 2021. A matéria foi aprovada por uma comissão especial e está pronta para ser analisada pelo plenário da Casa. Pelo estágio avançado de tramitação, é defendida pelo grupo de Lira. O texto define novas regras para **servidores públicos** e altera a estrutura e organização da administração pública direta e indireta de todos os Poderes da República, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A PEC prevê a queda da progressão automática de carreira e a permissão para reduzir remunerações, hoje não permitidas. (Metrópoles)

Arthur Lira (PP) tenta impulsionar o governo a caminhar com a reforma administrativa

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2023/07/reforma-administrativa-nao-deve-ser-prioridade.html>

A segunda reforma - VICTOR CORREIA

VICTOR CORREIA

O Congresso Nacional retoma as atividades nesta semana já com a agenda desenhada. Assim como ocorreu na primeira metade do ano, a economia deve ser o foco principal da atividade legislativa. No horizonte paira também a **reforma ministerial**, intrinsecamente ligada ao Parlamento, que vai definir se o governo conseguirá colocar em prática projetos estratégicos e promessas de campanha.

A proposta que pode ter mais impacto na vida do cidadão comum neste semestre é a segunda parte da **reforma tributária**, que promete atacar a distribuição de renda. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ordem do presidente Lula é "colocar o pobre no orçamento".

Ainda não há um rascunho da medida, além da promessa de Lula de isentar do Imposto de Renda quem ganha salário de até R\$ 5 mil. Mas a ideia básica é aumentar a taxa sobre grandes fortunas e sobre lucros e dividendos.

Enquanto a primeira parte da reforma beneficiou setores como a indústria e simplificou o pagamento dos **impostos** de forma geral, a reforma sobre a renda pode ajudar a diminuir a desigualdade entre as taxas pagas pelos mais ricos - quase nenhuma - e a dos mais pobres. É essencial acabar com a regressividade no sistema brasileiro. O problema é fazer isso passar no Congresso.

Aumentar a taxa sobre ricos e de grandes empresas é uma tarefa colossal, considerando a grande influência que eles têm sobre o Parlamento. O governo agirá corretamente se decidir comprar essa briga e tem a possibilidade de deixar um dos legados mais importantes para o futuro, perdendo apenas para o combate à fome e à pobreza.

Considerando o que ocorreu com a primeira metade da reforma, porém, acende-se a luz amarela. Governadores, prefeitos e empresários de diversos setores econômicos conseguiram impor - por meio de muito lobby - mudanças significativas no texto original.

E era uma medida com apoio quase unânime, apesar das críticas pontuais de quem vai perder arrecadação ou pagar mais.

Mudar ministérios pode definir se Lula conseguirá ou não aprovar as mudanças sobre a renda, mas não vai

impedir que os parlamentares alterem ou desvirtuem o texto em prol dos interesses de grandes fortunas. Caso a proposta seja mesmo apresentada neste segundo semestre, apenas um olhar atento e grande movimentação popular poderão tornar realidade a promessa de Lula de combater a pobreza e reduzir a desigualdade em seu terceiro mandato presidencial.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/31/all.pdf>

Reforma ministerial reforça poder de clãs políticos

O iminente ingresso dos deputados Silvio Costa Filho (Republicanos- PE) e André Fufuca (Progressistas-MA) no ministério do governo Lula reforça a "bancada de juniores" no primeiro escalão, num contexto de continuidade, e até de expansão do poder das famílias políticas no Brasil.

Nos bastidores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já avalizou as indicações de ambos para o ministério, mas ainda não definiu quais pastas irão assumir.

Representantes de famílias tradicionais da política pernambucana, no caso de "Silvinho", e maranhense, no caso de "Fufuca", eles chegam ao primeiro escalão para engrossar um time de filhos de caciques políticos, encabeçado pelos ministros Renan Filho (MDB), dos Transportes, e Jader Filho (MDB), das Cidades.

O primeiro, filho do senador Renan Calheiros (MDB-AL), ex-ministro e quatro vezes presidente do Senado; e o segundo, filho do senador Jader Barbalho (MDBPA), ex-governador, ex-ministro e ex-presidente da legenda.

"No atual governo, continua a mesma relação estrutural de poder, o mesmo processo de hereditariedade do poder familiar", explicou ao Valor o professor Ricardo Costa de Oliveira da Universidade Federal do Paraná (UFPR). "A política no Brasil é majoritariamente organizada por famílias políticas, que estão presentes controlando todas as instituições", completou.

Sociólogo de formação, o professor é fundador de um grupo de trabalho que pesquisa, há mais de 30 anos, a genealogia política, nepotismo e a perpe- BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS tuação das famílias no poder.

Oliveira observou que a presença de ministros herdeiros de famílias políticas tradicionais no governo Lula segue a lógica natural da conjuntura brasileira. "Onde há governo, as famílias políticas tendem a procurar um entendimento com quem está no poder, essa é a lógica", argumentou.

Ele acrescentou que nesse cenário, e como político habilidoso, Lula não tem alternativa a não ser compor com as famílias tradicionais, independentemente se fizeram campanha pra ele ou para Jair Bolsonaro.

"Lula vai entrando no campo dos que querem acordo", ponderou.

O professor observou que o fenômeno da "oligarquização" manifesta-se nos três Poderes. No Congresso, por exemplo, 2/3 dos parlamentares estão vinculados a alguma família tradicional na política.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é filho do ex-senador e prefeito de Barra de São Miguel (AL), Benedito de Lira.

Oliveira ressaltou, ainda, que os herdeiros políticos "conseguem sucesso eleitoral muito novos", em razão dos investimentos e capital político da família, que tende a controlar diretórios e as finanças do partido em seus Estados.

Aos 41 anos, já no segundo mandato, "Silvinho" é filho do exdeputado federal Sílvio Costa, que ganhou protagonismo como um dos mais combativos defensores da presidente Dilma Rousseff durante o impeachment, e de Lula durante a prisão em Curitiba.

Em 2022, Costa elegeu-se primeiro suplente da senadora Tereza Leitão (PT-PE), e ainda viu o filho mais novo, João Paulo Costa (PCdoB), conquistar o mandato de deputado estadual. A família controla o diretório do Republicanos em Pernambuco.

Aos 33 anos, André Fufuca herdou o apelido do pai, Francisco Dantas Ribeiro Filho. Conhecido como "Fufuca Dantas", ele exerce o terceiro mandato de prefeito de Alto Alegre do Pindaré (MA). Por causa do pai, o ministeriável também é chamado de "Fufuquinha".

Aliado de primeira hora do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI) - que tem feito oposição ostensiva a Lula -, e de Arthur Lira, Fufuca já exerceu interinamente a presidência da Casa em 2017. Quando Nogueira foi nomeado ministro da Casa Civil, tornou-se presidente nacional do PP. Atualmente, é líder da bancada federal, e dirigente do partido no Estado.

Da mesma forma, as famílias dos ministros Renan Filho e Jader Filho estão à frente dos diretórios do MDB em seus Estados. Ex-governador de Alagoas, Renan Filho trilha o caminho do pai para consolidar a

projeção nacional. O clã Calheiros tem como base eleitoral a cidade de Murici (AL), onde o atual prefeito é Olavo Calheiros Neto, sobrinho do senador.

No Pará, Jader Barbalho impulsionou a carreira política dos filhos. Helder Barbalho foi reeleito governador em primeiro turno em 2022, e ampliou a votação de Lula no Estado no segundo turno, enquanto Jader Filho pilota um dos ministérios mais cobiçados da Esplanada.

Da mesma forma, o ministro Juscelino Filho (Comunicações), do União Brasil, representa uma família influente no Maranhão, que tem se revezado na Prefeitura de Vitorino Freire. O pai do ministro, Juscelino Rezende, foi deputado estadual e duas vezes prefeito do município. O cargo hoje é exercido pela irmã do ministro, Luanna Rezende.

Além disso, a família tem laços no município vizinho, Santa Inês, onde o tio do ministro, Roberth Bringel, foi prefeito. Hoje Bringel é primeiro suplente do senador Weverton Rocha (PDT).

Registre-se, ainda, que a ministra Simone Tebet (Planejamento) é filha do ex-presidente do Senado Ramez Tebet (morto em 2006), quadro histórico do MDB e ex-governador do Mato Grosso do Sul.

Ricardo Oliveira afirma que seu grupo de estudos tem registrado a expansão da "oligarquização" do poder político. Atualmente, cerca de 70% dos deputados federais têm conexões com famílias políticas.

Na percepção do professor, esse fenômeno reforça a desigualdade social no Brasil. "Temos poucas mulheres, poucos negros, poucos indígenas, poucos trabalhadores no Congresso", salientou.

"Não vejo caminho para romper essa lógica; vejo o reforço dessa característica estrutural do Brasil", lamentou.

"No atual governo, continua o processo de hereditariedade do poder familiar" Ricardo Oliveira

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616?page=1§ion=1)**

Análise: de onde vêm as maiorias

Roberto Brant

Está se tornando consensual o entendimento de que o nosso sistema político não está funcionando para servir aos brasileiros. Há muitos que julgam, e eu com eles, que a política é a principal responsável pelo nosso baixo crescimento e pela pobreza da maioria da população. A partir daí surge a grande questão: a quem culpar por estes descaminhos?

Há quem prefira pôr a culpa na baixa qualidade dos políticos atuais. Se fosse este realmente o problema, não haveria nada a fazer. Os políticos em atividade foram eleitos conforme as leis do país e, de um modo ou de outro, são uma imagem da própria sociedade, na sua diversidade e nas suas carências. Os homens que temos na esfera pública são esses que estão aí. Este é um fato da vida. O caminho construtivo, e que está ao nosso alcance, é construir instituições nas quais a conduta desses homens seja diferente do modo como eles hoje se comportam.

Precisamos encarar uma **reforma política**, mas para isso precisamos ter foco na questão mais crítica, que é o sistema eleitoral. O sistema chamado de proporcional com lista aberta, que é o que adotamos para a escolha dos deputados, não existe mais em nenhuma democracia civilizada e é o responsável pelos nossos problemas de governança e de falta de representação.

Na quase totalidade dos países, a eleição para o Parlamento se dá por meio de dois sistemas: distrital ou proporcional com lista fechada. No distrital, o país é dividido em tantos distritos quantas são as cadeiras em disputa; em cada distrito, trava-se uma eleição majoritária, na qual o vencedor é o candidato mais votado.

Nessas eleições distritais, o eleitorado é limitado, os candidatos são conhecidos dos eleitores e o número total de candidatos é naturalmente pequeno. O vínculo entre o eleito e o eleitorado é muito forte, e permanece vivo durante todo o exercício do mandato - ao contrário do nosso sistema brasileiro, no qual, passados poucos meses a maioria dos eleitores sequer se lembra em quem votou.

O outro sistema, que vigora na Espanha, por exemplo, é o proporcional com lista fechada. Cada partido propõe ao eleitorado uma lista preordenada com o número de cadeiras em disputa. Apurados os votos partidários, e definido o número de cadeiras obtidas

pelo partido, serão considerados eleitos os deputados, pela ordem com que estão relacionados na lista. O voto é no partido, sua plataforma, seus valores. O resultado eleitoral tem uma consequência transparente e incontestável.

Nesses dois sistemas, as eleições descobrem a maioria política e a conduta dessa maioria é forçosamente coerente e fiel à vontade dos eleitores.

Desfuncionalidade

No Brasil, tudo é diferente. O deputado disputa o voto em todo o estado. Em São Paulo, por exemplo, os deputados são eleitos por 35 milhões de eleitores. Eleitores e candidatos não têm como se conhecer e não se estabelece entre eles vínculo de qualquer natureza. Se o voto fosse distrital, o eleitorado seria limitado a 500 mil, o tamanho de uma cidade média.

As cadeiras são atribuídas aos partidos, mas o voto é dado no candidato, sendo eleitos os mais votados da lista. O sistema todo é voltado para o candidato e não para o partido. Assim, o sistema não cria vínculo do eleitor com o eleito, nem desse com a legenda.

O sistema favorece a extrema fragmentação partidária e elege deputados inteiramente autônomos, livres para mudar de lado, sem qualquer consideração com a vontade de quem o elegeu. Como o governo do país depende tanto do presidente quanto do parlamento, é preciso formar uma maioria de qualquer jeito. O caminho que existe é negociar o interesse individual dos deputados e tentar governar com essas maiorias sem alma e sem responsabilidade, renunciando a qualquer ação transformadora que mude o país. Não é o povo que escolhe a maioria.

Esse é o destino de todos os nossos governos, qualquer que seja sua inclinação política e qualquer que seja o apoio que tenha da população. A mudança do sistema eleitoral é a única porta que nos resta para mudar o país. Precisamos nos acostumar com esta ideia.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
De onde vêm as maiorias

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/07/5113062-analise-de-onde-vem-as-maiorias.html>

Propostas testam acordo do Centrão com governo

Ândrea Malcher, Raphael Felice

O Congresso retorna amanhã às atividades com o pé no acelerador para matérias que movimentaram os parlamentares até os últimos momentos do semestre passado. Com a retomada dos trabalhos, a expectativa se volta para aquilo que o Centrão entregará ao governo. Apesar de os articuladores políticos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não terem a pretensão de que o bloco votará integralmente fechado a favor de todas as matérias de interesse do Palácio do Planalto, se saberá, finalmente, se o grupo de partidos manejado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pagará os cargos que obteve - e que pretende obter - no Executivo.

Um dos textos de suma importância para o governo é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** (PEC 45/19), aprovada em 7 de julho pela Câmara. O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Eduardo Braga (MDB-AM), já deu sinais de que o texto deverá ser modificado durante a tramitação, em especial pontos introduzidos pelos deputados de última hora.

Braga adiantou que o plano de trabalho será apresentado a partir de agosto, e a questão da autonomia dos estados e municípios de criarem seus próprios **tributos** "será um dos pontos que terá ênfase". O senador rejeita a possibilidade de a reforma ser fatiada para acelerar a aprovação.

"Teremos reuniões com as diversas instâncias federativas.

Acho que a Câmara discutiu muitos conceitos, e queremos quantificar esse modelo e verificar seus impactos. Apenas com os resultados desses modelos sendo rodados a gente poderá ter ideia (se aumentará carga tributária ou não). Mas uma coisa posso dizer: não vejo espaço para aumento de carga tributária no país", afirmou.

Concluída a tramitação, Braga terá 15 dias úteis para elaborar o relatório e a CCJ, por sua vez, disporá de 30 dias úteis para emitir o parecer. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também terá três audiências públicas por semana sobre o tema.

O plano do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

(PSD-MG), é de que a PEC seja votada até outubro e promulgada ainda este ano. "Estimamos um prazo de dois ou três meses para o amadurecimento de todos os pontos (da reforma). O Congresso deve uma **reforma tributária** ao Brasil. Tenho muita convicção de que a entregaremos ainda esse ano", garantiu há algumas semanas.

Arthur Lira elogiou, na segunda-feira passada, em um evento em São Paulo, a escolha de Braga para a relatoria na CCJ. Segundo o deputado, o parlamentar amazonense é experiente, o que deve favorecer os debates no Senado.

Também destacou a importância de o Congresso concluir a votação da reforma antes de "abrir um novo flanco".

"Acho politicamente um risco grande abrir vários flancos de discussão. Vamos esperar terminar a **reforma tributária** para que a gente avance nesse outro aspecto de taxação da renda e dos fundos", disse o deputado, em reação à intenção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de mandar para o Congresso um projeto de lei (PL) para tributar os fundos de investimento exclusivos. A proposta estará em um pacote de medidas econômicas que será enviado junto com o Orçamento de 2024.

Queda de braço

Ainda na Câmara, o foco após o recesso será na ratificação do arcabouço fiscal, que está sujeito à queda de braço do governo com setores do próprio Centrão - que tendem a votar com a oposição. O texto iniciado na Câmara voltou do Senado com algumas alterações (leia mais na página 3). O relator Cláudio Cajado (PP-BA) tem a intenção de desconsiderar todas as alterações do Senado e pôr para votar o relatório aprovado inicialmente na Câmara. No entanto, ele também afirmou que a decisão não será unilateral e haverá debate com o Colégio de Líderes.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aguarda a aprovação do novo marco fiscal para, posteriormente, ser discutida com mais detalhes. Outras propostas orçamentárias também serão analisadas até o fim do ano - como o Plano Plurianual, que detalha as medidas do governo ao longo do mandato e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024.

Outra proposta de relevância é a do Desenrola, que está valendo desde o dia 17, em função de medida provisória (MP) editada pelo presidente Lula. A tramitação de MPs, por vezes, foi problemática para o governo e a do programa de renegociação de dívidas tende a ser a que vai testar se o ajuste entre governo e Centrão surtiram é para valer.

O PL das Fake News também deve voltar a tramitar. Apesar do interesse do governo, é Lira o principal articulador da proposta.

O projeto de lei é relatado pelo deputado governista Orlando Silva (PCdoB-SP).

Uma longa lista de prioridades

» Arcabouço Fiscal - A expectativa é que a nova âncora fiscal tenha um desfecho mais rápido que a tramitação no primeiro semestre. Deve ser votada até o prazo final para apresentação do Orçamento, em 31 de agosto.

» **Reforma tributária** - O relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), garante que o objetivo é votar a **reforma tributária** até outubro. O plano de trabalho será definido logo no retorno do recesso esta semana. Deve ser alterada a mudança feita pela Câmara que retirou incentivos fiscais do PIS/Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a projetos aprovados até 31 de dezembro de 2024. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, quer que a reforma sobre o consumo seja aprovada no Senado a tempo de ser promulgada ainda este ano.

» Desenrola Brasil - A medida provisória, publicada em 6 de junho, deveria passar por uma comissão mista antes de ser votada nos plenários da Câmara e do Senado. No entanto, as regras do programa tornaram-se um projeto de lei (PL), de autoria do líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA).

Deve ter incorporado ao seu texto outra MP, que caduca em 27 de agosto - a que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem tem salário de até R\$ 2.640.

» PL das Fake News - O projeto foi retirado de pauta em maio pelo relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Uma proposta do governo de colocar a Controladoria-Geral da União (CGU) na regulação das redes deve ser analisada. "Algumas bancadas sugerem a Anatel para ter atribuições regulatória no plano digital. A Comissão de Direito Digital da OAB propôs um sistema de regulação, ancorado num Conselho de Política Digital de natureza multissetorial, incluindo a participação dos três poderes, da

sociedade civil e da indústria. Devemos estudar qualquer proposta que seja apresentada, inclusive pelo Governo", disse Orlando.

» Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) - Apesar da tramitação simultânea da LDO e do arcabouço, a votação ficará apenas para após a definição sobre a nova âncora fiscal.

O Ministério do Planejamento e Orçamento deve enviar o projeto da LOA até 31 de agosto e, teoricamente, a LDO deve ser aprovada pelo Congresso antes da apresentação da proposta orçamentária do Executivo.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Propostas testam acordo do Centrão com o governo

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/31/all.pdf>

LDO está atrelada ao novo marco fiscal

Rafaela Gonçalves *Ândrea Malcher*

Uma das prioridades no retorno dos parlamentares será a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), texto que orienta a redação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto deveria ter sido aprovado até 17 de julho e, em tese, os senadores e deputados não poderiam ter entrado em recesso sem ter resolvido questão. Mas um acordo com o governo adiou a análise da matéria (PLN 4/23), em razão do arcabouço fiscal.

A nova âncora, que limita o crescimento anual de despesas da União ao crescimento de receita, foi aprovada em junho no Senado e retornou à Câmara, após o relator Omar Aziz (PSD-AM) acrescentar três exceções à lista de despesas que ficam de fora da limitação dos gastos: a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF); e despesas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Murilo Viana, especialista em finanças públicas, explica que a definição sobre a nova regra fiscal acaba sendo essencial para que haja espaço para construção da LDO. Mas alerta que o tempo trabalha contra.

"É desejável saber de fato qual será a regra fiscal para se estabelecer as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento de 2024 (LOA). Entretanto, o timing joga contra. O governo prevê uma série de despesas primárias condicionadas à aprovação da nova regra fiscal.

Isso prejudica o planejamento orçamentário e das políticas públicas, mas é uma forma de reduzir os danos dessa confusão orçamentária em meio à mudança de regra fiscal", observa.

O prazo não poderia estar mais apertado: o Executivo deve enviar o projeto da LOA até 31 de agosto e, teoricamente, a LDO deve ser aprovada pelo Congresso antes da apresentação da proposta orçamentária pelo presidente da Luiz Inácio Lula da Silva.

"Há a possibilidade de uma tramitação paralela e havendo alterações no texto da LDO, serão consignadas pelo relator geral do orçamento no texto",

comentou César Lima, consultor de orçamento público.

Embora haja um consenso de aprovação do novo arcabouço, Lima aponta que nem todas as barreiras estão vencidas. "A ministra do Planejamento (Simone Tebet) se referiu a uma possibilidade do novo arcabouço não ser aprovado ainda esse ano. Então, a peça orçamentária para o ano que vem pode vir com um olhar ainda sobre o atual teto de gastos. Isso pode pressionar muito as despesas discricionárias do governo federal", alerta.

Segundo o relator da LDO na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Danilo Forte (União-CE), a ideia é que o "arcabouço seja votado o mais rápido possível, e paralelamente a isso nós vamos avançando no debate do orçamento".

"Quero apresentar um plano de trabalho para poder ouvir, fazer as audiências públicas, balizar melhor o reflexo tanto do arcabouço como da **reforma tributária** no orçamento", afirmou.

O deputado garante que a votação da LDO, no entanto, só acontece com a redação final do arcabouço aprovada, uma vez que a "lei de diretrizes orçamentária é determinante para a execução orçamentária, enquanto o arcabouço é apenas propositivo".

"Não vou cair numa aventura de criar um impasse. Então, a tramitação, o debate, as audiências públicas podem ser simultâneas. A redação final e a votação com certeza precisam ser posteriores à votação do arcabouço", salienta. (Com AM)

"(A ideia é que o) "arcabouço seja votado o mais rápido possível e, paralelamente, vamos avançando no debate do orçamento.

Quero apresentar um plano para poder balizar o reflexo tanto do arcabouço como da **reforma tributária** no orçamento" Deputado Danilo Forte (União-CE), relator da LDO na Comissão Mista do Orçamento

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
LDO está atrelada ao novo marco fiscal

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio brazilien>

se/2023/07/31/all.pdf

Consenso para o início da queda dos juros

Rosana Hessel

Às vésperas da 5ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deste ano, amanhã e quarta-feira, não há dúvidas entre analistas e agentes financeiros de que o Banco Central (BC) iniciará um novo ciclo de redução da taxa básica de juros, a Selic, que está em 13,75% ao ano desde agosto de 2022. As dúvidas são sobre o tamanho do corte, com as apostas do mercado divididas entre 0,25 e 0,50 ponto percentual. A possibilidade de uma redução maior é praticamente descartada pelos analistas.

A maioria dos economistas ouvidos pelo Correio acredita numa diminuição de 0,25 ponto na Selic, que cairia para 13,50%, e numa posterior queda gradual, mesmo com os indicadores de **inflação** em franca desaceleração.

Incertezas econômicas, piora nas contas públicas e ruídos políticos são alguns dos alertas que embasariam a postura mais conservadora do BC.

As atenções do mercado estarão voltadas para o **comunicado** que será divulgado pelo Copom na quarta-feira, pois a expectativa é de que a decisão sobre o novo patamar da Selic não será unânime. Há dois novos integrantes no colegiado: o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, e o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos, os primeiros escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem poupado críticas ao BC.

Com a previsão de um ciclo gradual de redução, analistas não descartam a possibilidade de a taxa Selic chegar ao fim de 2024 ainda próxima de 10%.

A mediana das estimativas do mercado coletadas pelo BC no boletim Focus prevê os juros básicos terminando em 12% neste ano, passando para 9,50% no fim do ano que vem.

Por isso, há muita preocupação no governo com a perspectiva de que a política monetária continue restritiva e segurando atividade econômica. Isso em um cenário no qual a política fiscal precisará ser menos expansionista - e não apenas por conta do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, que ainda não estão definidos, o que não permite estimar seu impacto sobre a despesa pública.

A certeza é de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) vai desacelerar no ano que vem, ou seja, o governo vai

arrecadar menos, enquanto os gastos permanentes não param de aumentar - um sinal amarelo para o Copom.

Cautela

As projeções do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, ainda estão acima do teto da meta deste ano, de 4,75%, o que pode significar o terceiro descumprimento consecutivo da meta pelo BC. Analistas recordam que, na ata da última reunião, em junho, o Copom sinalizou que poderia iniciar o ciclo de cortes em agosto, mas reforçou que o processo desinflacionário tende a ser lento e requer "parcimônia e cautela na condução da política monetária".

Roberto Padovani, economista- chefe do Banco BV, acredita que o comitê tem motivos para continuar cauteloso. O objetivo é alcançar o centro da meta de **inflação**, de 3%, em 2024. "A trajetória de **inflação** é claramente de queda, tanto a **inflação** cheia quanto os núcleos. A dúvida, para o Copom, é o ritmo de convergência para a meta. O Banco Central tem espaço para flexibilizar a taxa de juros. Isso é consenso.

A questão é se vai cortar 0,25 ou 0,50 ponto percentual. Como os núcleos ainda estão rodando em um patamar de 6,5% a 7% ao ano, o Banco Central deve se manter cauteloso", diz Padovani.

Para Eduardo Velho, economista- chefe da JF Trust, qualquer divergência na decisão do Copom será um péssimo sinal para o mercado. Por isso, ele acredita ser provável que o presidente do BC, Roberto Campos Neto e Galípolo votem pela mesma intensidade da queda dos juros "para evitar um impacto negativo nos mercados e melhorar as expectativas e prêmios de risco".

Na avaliação dele, pode se repetir, no Copom, o pragmatismo mostrado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na reunião de junho - quando Campos Neto, o ministro Fernando Haddad, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, votaram pela manutenção da meta de **inflação** de 3% para os próximos três anos, alterando apenas o prazo, que passou a ser contínuo e não mais vinculado ao ano calendário.

Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe da G5 Partners, destaca que os operadores de mercado

estão mais otimistas do que os economistas nas projeções sobre o corte dos juros.

Para ele, é muito difícil uma redução acima de 0,50 ponto percentual agora, pois a ata da última reunião indicou que há, no colegiado, um grupo mais cauteloso sobre a condução da política monetária. "Não é novidade essa cautela, e o dado do mercado de trabalho de sexta-feira (que indicou queda no desemprego, portanto, um fortalecimento da demanda) alimenta o discurso parcimonioso do Banco Central", frisa.

Apesar de prever corte de 0,25 ponto percentual na Selic, Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, não descarta uma redução maior, de 0,50 ponto, tendo em vista os dados de **inflação** melhores do que o esperado. Contudo, faz algumas ressalvas.

"Há riscos para ano que vem que ainda são difíceis para o BC colocar na conta, especialmente o fenômeno climático El Niño, que pode elevar os preços das commodities de novo. É muito provável que a **inflação** fique acima de 3% em 2024. Talvez, o BC trabalhe com esse cenário de risco para ir com calma no processo de corte de juros.

De qualquer maneira, vai ser uma decisão marcada por divergências que certamente ocorrerão com os novos diretores", observa Vale.

De acordo com José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, é preciso incluir nas apostas para o próximo Copom o ruído político provocado no mercado, na semana passada, pela indicação do economista Márcio Pochmann, ligado à ala mais à esquerda do PT, para o comando do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, comandado por Simone Tebet. Foi uma decisão unilateral de Lula, que fragilizou a posição de Tebet, cujo apoio foi decisivo para a vitória do petista nas urnas em 2022. O episódio, segundo Gonçalves, pode atrapalhar o avanço de pautas econômicas no Congresso, neste segundo semestre.

Economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus não tem dúvida de que as condições para o corte da Selic estão dadas, mas alerta para os riscos à frente, especialmente após a piora dos dados das contas públicas, que voltaram para o campo negativo em junho. Ele ressalta que, apesar da melhora das avaliações de risco país de algumas agências de risco, como a Fitch Ratings, "ainda há preocupação com os custos dos serviços, devido ao aquecimento do mercado de trabalho".

"É neste ponto que o BC pode continuar cauteloso,

sancionando um corte de 0,25 ponto percentual", afirma.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
BC começa a reduzir juros nesta quarta-feira, aposta mercado

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/31/all.pdf>

Agro brasileiro entra de vez na era da sustentabilidade - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O agronegócio brasileiro tornou-se protagonista de um movimento que, há pelo menos uma década, vem transformando o mundo. Até pouco tempo atrás, bastava produzir, em ampla escala, itens de qualidade comprovada, mas agora isso passou a ser insuficiente. Na nova era ambiental, os verbos "produzir" e "devastar" não podem mais ser conjugados na mesma página. Ou seja: para responder às pressões da sociedade, é preciso ser sustentável. Nesse sentido, o Brasil tem valiosas lições a oferecer. De fato, estamos na vanguarda global quando o assunto é produção sustentável. Segundo estudo recente, lideramos a lista dos países com maior produção de soja certificada. Na pecuária, os preceitos ambientais vêm sendo cumpridos com maior rigor - tanto é assim que a atividade tem recebido uma série de prêmios. Por sua vez, a multinacional Cargill e a Belterra Agroflorestal uniram-se em um projeto de R\$ 33 milhões que utilizará a produção de cacau na recuperação do bioma amazônico. O verde respira.

Feijão, soja e algodão sofrerão com as mudanças climáticas

Nem só de notícias positivas vive o agronegócio brasileiro. As mudanças climáticas representam uma ameaça cada vez mais visível. Segundo pesquisa da Embrapa em parceria com a Esalq/USP, até 2050, a temperatura do ar na área de produção de feijão aumentará até 2,86 graus Celsius. O estudo apontou as regiões mais afetadas - serão localidades nos estados de Minas Gerais e da Bahia. Também já se sabe que os extremos do clima diminuirão a produtividade das lavouras de soja e de algodão.

Amazon vai lançar cartão de crédito no Brasil

A americana Amazon pretende investir cada vez mais em serviços financeiros. Prova disso é a recente parceria assinada com a Mastercard para a oferta, nas próximas semanas, de cartões de crédito com marca própria para seus clientes brasileiros. A estratégia, ressalte-se, não é novidade. Marcas tradicionais do varejo eletrônico no Brasil, como Casas Bahia e Magazine Luiza, também possuem cartões de crédito próprio. Estudos mostram que lojas com cartão próprio fidelizam mais clientes.

Diversas agências aumentam nota de crédito do país

Desde junho, pelo menos quatro agências de classificação de risco passaram a enxergar a economia brasileira com viés mais positivo. Depois da S P e da Fitch elevarem a nota brasileira, na sexta-feira passada foi a vez de a Austin Rating e a DBRS Morningstar seguirem o mesmo caminho. A escala de ratings indica sobretudo a chance de um país dar calote: quanto maior for a avaliação, menor é a possibilidade. Em tempo: o Brasil deixou de ser grau de investimento - a maior nota - em 2015.

Rapidinhas

» Enfim, uma boa iniciativa do bilionário Elon Musk para o Twitter. Depois de substituir a marca do pássaro azul pela insossa letra X, Musk decidiu que a rede social vai dividir receitas de anúncios com criadores de conteúdo. No entanto, poderão participar apenas os assinantes do Twitter Blue que tenham, no mínimo, 500 seguidores.

» Eis aqui uma realidade incontestável: as mulheres são negligenciadas pelo mercado financeiro. Segundo levantamento do Centro de Estudos e Finanças da Fundação Getúlio Vargas, elas respondem por apenas 11% dos profissionais certificados pela CFA (Chartered Financial Analyst (CFA)). No mundo, o índice é 18%.

» Os green bonds, como são chamados os títulos de dívida emitidos para financiar projetos com benefícios ambientais, estão em alta no mundo. No primeiro semestre, de acordo com dados do escritório britânico de advocacia Linklaters, as emissões aumentaram 12% em relação ao mesmo período do ano passado.

» Até a última sexta-feira, penúltimo dia útil do mês, a bolsa brasileira acumulava alta de 1,78% em julho. Se não houver surpresas, será o quarto mês de avanço consecutivo do Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira. Ou seja, medidas providenciais como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** aumentaram a confiança dos investidores.

"Se fizermos o que precisa ser feito, investidores e consumidores vão enxergar uma nova perspectiva de país" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

64,4% dos brasileiros dizem que a qualidade de vida piorou ao retornarem para o modelo presencial de trabalho. A pesquisa realizada pela plataforma Infojobs mostra a reluta dos profissionais em voltar ao sistema antigo

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/31/all.pdf>

Reforma tributária e fake news após o recesso parlamentar

Bernardo Estillac, Andrea Malcher e Raphael Felice

Com o fim do recesso parlamentar hoje, o Congresso Nacional terá pautas importantes e urgentes para votar neste segundo semestre, a partir de amanhã. A pauta na Câmara dos Deputados e no Senado tem prioridades com a agenda econômica do governo federal, caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal, além da análise de vetos e de medidas provisórias (MPs) do Executivo. Haverá também o retorno da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro. E ainda a retomada das discussões sobre o projeto de lei que combate fake news nas plataformas digitais. Aprovada pela Câmara em 7 de julho, a **reforma tributária**, pautada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, ainda não foi enviada ao Senado. A expectativa é que a Casa faça alterações no texto aprovado pelos deputados e essas alterações devem retornar para análise na Câmara antes da aprovação final do Legislativo. Tema de uma discussão parlamentar que já se estende por três décadas, a proposta de reforma transforma o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e o PIS/ Cofins em apenas três **tributos**: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo.

Antes de ser analisada em plenário a PEC da **reforma tributária** passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. As discussões nessa fase devem antecipar as principais polêmicas relativas ao texto no Senado. Entre elas está a autonomia de estados para a criação de novos **impostos** e a quantidade de setores e produtos que terão uma alíquota diferenciada na tributação relacionada à natureza da atividade, como é o caso de medicamentos, alimentos, transporte e até mesmo igrejas, beneficiadas na versão aprovada pela Câmara dos Deputados. O relator da PEC na CCJ, senador Eduardo Braga (MDB-AM), já deu sinais de que o texto será modificado durante a tramitação, em especial pontos introduzidos pelos deputados de última hora. Após a análise da CCJ, o texto seguirá para o plenário.

Braga declarou que o plano de trabalho será apresentado em agosto e a questão da autonomia dos

estados e municípios de criarem seus próprios **tributos** "será um dos pontos que terá ênfase". O senador rejeita a possibilidade de a reforma ser fatiada para acelerar a aprovação. "Teremos reuniões com as diversas instâncias federativas. Acho que a Câmara discutiu muitos conceitos, nós queremos quantificar esse modelo e verificar seus impactos. Apenas com os resultados desses modelos sendo rodados a gente poderá ter ideia (se aumentará carga tributária ou não). Mas uma coisa eu posso dizer: não vejo espaço para aumento de carga tributária no país" disse Braga em entrevista coletiva. Com a tramitação oficial do texto terminada, o relator terá 15 dias úteis para elaborar seu relatório e a CCJ, por sua vez, terá 30 dias úteis para emitir o parecer. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também terá três audiências públicas por semana sobre o tema.

O plano do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é de que o texto seja votado até outubro e promulgado ainda em 2023. "Estimamos um prazo de dois ou três meses para o amadurecimento de todos os pontos [da reforma]. O Congresso deve uma **reforma tributária** ao Brasil, tenho muita convicção de que a entregaremos ainda esse ano", disse Pacheco.

MARCO FISCAL Outro tema importante é a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O governo federal quer que a LDO seja apreciada após uma definição sobre o novo marco fiscal, que foi devolvido à Câmara após aprovação no Senado em junho. Na visão do Executivo, é necessário que as novas regras fiscais estejam definidas antes de discussões relacionadas ao Orçamento, que já está com tramitação atrasada no Legislativo. O arcabouço fiscal estabelece as regras para os gastos e investimentos da verba do governo federal. O texto enviado ao Legislativo previa que a despesa da União pode variar entre 0,6% e 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. Na Câmara e no Senado, os parlamentares aprovaram medidas que retiram do teto de gastos despesas em áreas como ciência, tecnologia e inovação e na complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A argumentação da base governista no Congresso é de que a forma como o arcabouço foi aprovada influi diretamente na elaboração da LDO e, conseqüentemente, na LOA. A Lei de Diretrizes

Orçamentárias estabelece as regras para a elaboração do orçamento do ano subsequente, sendo uma orientação para as despesas do governo. A Lei Orçamentária Anual, por sua vez, determina a previsão e as cifras das despesas públicas e precisa ser enviada ao Legislativo até 31 de agosto.

CPMI ouve ex-diretor da Abin amanhã

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro também é prioridade no Congresso Nacional neste segundo semestre, a partir de amanhã, com a retomada dos trabalhos. Será ouvido o ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Saulo Moreira da Cunha. Ele estava no cargo no dia em que manifestantes invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal em Brasília e deixou o posto em março. A oitiva de Cunha foi requerida pela ala de oposição participante da CPMI. Entre os opositores de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aliados de Jair Bolsonaro (PL) há uma tentativa de emplacar a narrativa de que o governo federal foi negligente diante de avisos da Abin sobre os riscos de ataques como os de 8 de janeiro.

A comissão ocorre de forma paralela às investigações da Polícia Federal e inquéritos do STF. Até o momento, a CPMI já ouviu nomes como o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques, que estava à frente da corporação no episódio das blitze concentradas no Nordeste no dia do 2º turno das eleições presidenciais; e o coronel Jean Lawand Júnior, cujas conversas com o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, foram vazadas.

Mais de dez medidas provisórias (MPs) tramitam no Congresso no segundo semestre. As MPs são decisões tomadas pela Presidência da República e tem vigência imediata, mas deve ser analisada pelo Legislativo em até 120 dias para não caducar, perdendo a validade. Entre as MPs, está a decisão que criou o "Desenrola Brasil", programa de renegociação de dívidas que entrou em vigor na segunda quinzena de julho. Outra medida que deverá ser avaliada no Congresso é a das apostas esportivas, que estabelece um percentual de tributação sobre os lucros das empresas que gerenciam essas atividades.

Outro tema delicado que deve ser debatido no Congresso é o projeto de lei que trata do combate às fake news nas plataformas digitais. O projeto foi retirado de pauta em maio pelo relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Uma proposta do governo de colocar a Controladoria-Geral da União (CGU) na regulação das redes deve ser analisada. "Algumas bancadas sugerem a Anatel para ter atribuições regulatória no plano digital; a Comissão de Direito

Digital da OAB propôs um sistema de regulação, ancorado num Conselho de Política Digital de natureza multissetorial, incluindo a participação dos três poderes, da sociedade civil e da indústria. Devemos estudar qualquer proposta que sej a apresentada, inclusive pelo Governo", declarou o relator à reportagem.

Está na pauta do Senado o projeto que trata sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas. No fim de maio, em votação polêmica, a proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados sob protesto de parlamentares ligados aos direitos dos povos originários. O texto agora tramitando no Senado prevê que a demarcação das terras indígenas seja limitada aos locais ocupados em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. O PL ainda traz pontos como a permissão do cultivo de transgênicos pelos povos originários e a proibição da ampliação de territórios já demarcados.

Atualmente, o PL do marco temporal está em análise na comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A relatora do texto é a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que disse que pretende votar o projeto já na primeira semana de agosto. Antes de ir a plenário, a proposta ainda será apreciada na CCJ do Senado. Paralelamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) discute o tema para determinar se a Constituição pode funcionar como marco temporal para a demarcação de terras indígenas ao analisar o exemplo específico da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em junho, o ministro André Mendonça pediu vista da matéria em momento em que avotação estava com placar de 2a1 contra a tese do marco temporal.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/31/07/2023/p1>

Novo sistema tributário beneficiará toda a sociedade (Artigo)

Robson Braga de Andrade, Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados traz inequívocos avanços e é uma conquista para toda a sociedade brasileira, que há mais de três décadas clama por um sistema de cobrança de **impostos** mais racional e transparente.

O novo modelo tem regras claras e compatíveis com o que há de mais avançado no mundo. O grande mérito do texto aprovado foi não fazer concessões nas bases para o funcionamento de um bom IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Resultado de um amplo debate, a proposta é um conjunto de virtudes que, uma vez em vigor, serão benéficas para todos os setores econômicos e para os brasileiros em geral.

Vamos ter, enfim, um sistema tributário moderno e que deixará de ser um estorvo caro no dia a dia de quem paga **impostos**, não importa quem seja.

A reforma tem como foco os **impostos** que incidem sobre o consumo de bens e serviços, que são obsoletos e repletos de problemas. O sistema aprovado é mais simples que o atual, elimina um conjunto de distorções e será transparente, o que significa dizer que o consumidor saberá o quanto do preço que paga é imposto. Além disso, replica um sistema já aplicado em mais de 170 países.

A criação do IVA dual põe fim à cumulatividade ao criar um sistema claro e racional com direito amplo de créditos -composto por um tributo federal, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e outro subnacional, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Assim, ele acaba com o resíduo tributário, **impostos** que se acumulam ao longo da cadeia de consumo. A existência dessa tributação oculta penaliza as empresas brasileiras, seja quando exportam, seja na competição com o produto importado no mercado nacional.

Outro ponto central é a garantia de que os créditos do IBS e da CBS serão devolvidos rapidamente aos contribuintes. Destaque aqui para a centralização do recolhimento do IBS no Conselho Federativo e a previsão de restituição dos créditos antes da distribuição da receita aos estados e municípios. A garantia e a rapidez na restituição dos saldos credores

são a essência do IVA em todos os países que o utilizam.

O fim da cumulatividade e a garantia e a rapidez na restituição dos saldos acumulados do IBS e da CBS às empresas têm impacto adicional para as companhias que exportam. No sistema atual, os **impostos** se acumulam e as empresas não conseguem recuperar créditos tributários -e, por isso, o produto brasileiro chega aos mercados internacionais com **impostos** embutidos no seu preço. A não oneração das exportações é uma prática comum aos países que adotam o sistema de IVA. Na prática, os bens e serviços brasileiros terão mais isonomia para competir com aqueles de outros países ao terem o tributo totalmente excluído de seu preço final.

A reforma avança ainda ao definir uma alíquota padrão para bens e serviços. Há um acerto ao se estabelecer regimes favorecidos para situações que também estão previstas em outros países que utilizam o IVA, como os serviços de educação, bens e serviços de saúde, de transporte de passageiros, produtos agropecuários in natura e alimentos e produtos de higiene pessoal da cesta básica. Entretanto é preciso estancar o número de exceções, para as quais estão previstas alíquotas reduzidas. Haverá a substituição de uma legislação complexa e obsoleta, que dá ampla margem para interpretações e judicialização, propiciando a simplificação do sistema tributário de questionamentos sobre o enquadramento tributário de bens e serviços.

Por fim, e não menos importante, o novo modelo prevê que o contribuinte optante pelo Simples Nacional poderá escolher fazer a apuração do IBS-CBS por débito e crédito, mas também mantém a opção por permanecer integralmente no regime unificado, no qual a transferência dos créditos será equivalente ao montante cobrado pelo Simples. Dessa forma, a reforma prevê um tratamento adequado e necessário à realidade das micro e pequenas empresas brasileiras.

A indústria brasileira espera, e acredita, que a **reforma tributária** avançará com celeridade no Senado, mantendo os pontos positivos da proposta aprovada na Câmara, para que a tributação deixe de ser um obstáculo à expansão das empresas e passe a funcionar como um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e de inclusão social.

[...] A indústria brasileira espera, e acredita, que a **reforma tributária** avançará com celeridade no Senado, mantendo os pontos positivos da proposta aprovada na Câmara, para que a tributação deixe de ser um obstáculo à expansão das empresas e passe a funcionar como um instrumento de promoção do desenvolvimento

Robson Braga de Andrade, Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50354>

Bolsonaro ainda busca rumo um mês após inelegibilidade

Joelmir Tavares são paulo

Jair Bolsonaro (PL) completou o primeiro mês na condição de inelegível neste domingo (30) envolto em uma série de contradições. Elas lançam dúvidas sobre o seu futuro, mas também evidenciam que o ex-presidente mantém capital político mesmo após a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Em 30 de junho, a corte o declarou impedido de concorrer por oito anos, ao reconhecer abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação na eleição do ano passado. A origem: a reunião com embaixadores realizada no Palácio da Alvorada na qual Bolsonaro disparou mentiras e ataques ao sistema eleitoral.

Sua defesa espera a publicação do acórdão do julgamento para decidir os próximos passos. A chance de reversão, contudo, é considerada quase nula nos círculos político e jurídico.

As primeiras movimentações depois de Bolsonaro ter seu nome vetado das urnas até pelo menos as eleições de 2028 indicaram dificuldade para liderar a oposição ao presidente Lula (PT), posição que ele pretendia assumir naturalmente, e acenderam alertas sobre o risco de isolamento após um governo marcado por polêmicas e radicalismos.

Apesar disso, tanto aliados como detratores concordam que o ex-presidente preserva o apoio de ao menos parte de seus 58,2 milhões de eleitores no segundo turno, patamar muito próximo dos 60,3 milhões de votos que deram a vitória a Lula, no mais apertado placar desde a redeocratização.

Nas últimas quatro semanas, Bolsonaro se esforçou para mostrar que, como gosta de reiterar, não está morto. Vestiu o figurino de injustiçado, alegou sofrer perseguição e fez mistério sobre quem ungrirá como sucessor, mas reafirmou querer atuar como cabo eleitoral nas disputas municipais de 2024.

Na brecha que encontrou para capitanear a oposição ao governo atual, porém, saiu desmoralizado. A **Reforma Tributária** foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 7 mesmo com sua campanha contrária. O texto angariou, inclusive, 20 votos favoráveis na bancada do seu partido, o PL.

No terreno que o catapultou ao poder e ajudou a sustentar sua permanência, as redes sociais, Bolsonaro também anda cambaleante.

Seus perfis têm ignorado a inelegibilidade declarada pelo TSE e sido alimentados com conteúdos relacionados a seu governo e com cenas mais novas, dele sendo tido em locais públicos.

Uma das estratégias para atrair visibilidade é criticar Lula e fazer comparações com o governo passado. Também polemizou com uma insinuação de que o PT teria ordenado a facada que ele levou em 2018.

Outra tentativa de chamar a atenção é com o resgate do estilo verbo trágico, como se viu em sua recente passagem por São Paulo. Durante ato político na terça-feira (25), ele chamou Lula de jumento - o que mereceu resposta do petista- e desengavetou assuntos para fustigar a esquerda.

Desde o julgamento, Bolsonaro está em queda no índice de Popularidade Digital, o IPD, aferido pela consultoria Quaest.

Segundo dados obtidos pela Folha, o ex-presidente registrou 32 pontos na quarta-feira (26), em uma régua que pode chegar até 100. No mesmo dia, Lula alcançava 61 pontos.

O nível de Bolsonaro no IPD não passou de 45 pontos em nenhum dia deste ano. Em 2019, seu primeiro ano na Presidência, o índice chegava à casa dos 80 pontos.

Já Lula ficou à frente do rival em todas as medições diárias em 2023. No pico, em abril, cravou 85 pontos - ante 10 do antagonista.

Um monitoramento da Quaest já tinha mostrado anteriormente que a comoção com a inelegibilidade nas redes bolsonaristas havia arrefecido em cerca de dez dias, dando lugar a mensagens contra Lula.

Apesar da popularidade enfraquecida na esfera digital, o ex-presidente conta com a memória de seu mandato, que representou a ascensão da extrema-direita no Brasil, para continuar vivo.

De acordo com uma pesquisa do Datafolha realizada em junho com 2.010 pessoas e com margem de erro de dois pontos para mais ou menos, 57% dos brasileiros acham que o governo Bolsonaro trouxe benefícios para o país.

Um ex-auxiliar, falando sob condição de anonimato, diz que o desafio de se manter relevante passa pelo papel de Bolsonaro nas eleições do ano que vem.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, quer o ex-presidente envolvido nas campanhas para atingir a meta de eleger 1.500 prefeitos.

Valdemar tem exercido influência sobre o ex-governante, mas disse em entrevista à Folha que a palavra final no partido é de Bolsonaro, "porque ele é o dono dos votos" da legenda, onde entrou em 2021.

Na opinião desse antigo colaborador, nada tira do ex-presidente a aura de baluarte da direita, mas a rejeição a ele é um entrave eleitoral, o que o torna mais forte como apoiador do que candidato. O cenário sugere aos postulantes do próximo ciclo que é mais vantajoso convergir ao centro.

Sem a caneta de qualquer cargo na mão, Bolsonaro tem ainda que lidar com a sedução que o poder exerce sobre políticos e partidos que dividiam as hostes com ele até o ano passado. Lula abriu portas para o centrão e construiu pontes com siglas como Republicanos, PP e até parte do PL.

"No Brasil, quem está no poder tem muita força", afirma a ex-deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB-SP), que oscila entre simpatia e ressalvas ao ex-presidente.

No polo governista, o discurso predominante é o de que Bolsonaro pode até estar fora de combate, mas o movimento que ele amalgamou, não. Lula usou a frase "não derrotamos os bolsonaristas ainda" para conclamar a militância a defender seu governo e evitar a volta da direita radical.

"Bolsonaro não está morto", diz Jilmar Tatto (SP), deputado federal e secretário nacional de comunicação do PT, acrescentando que as ideias evocadas pelo adversário têm adesão de parcela da sociedade.

Tatto admite que o ex-presidente poderá ter capacidade de persuasão no próximo ano. "Se vai durar até 2026, não sei", segue ele, lembrando o emaranhado de processos, investigações e suspeitas contra o político.

Outro problema é a vulnerabilidade partidária. Embora

conte com a estrutura do PL, Bolsonaro não controla a legenda, que tem até quadros refratários a ele. "Não é uma base social organizada como a do PT", alfineta Tatto. "A política dele é solo. Está perdendo protagonismo." Para o cientista político Jorge Chaloub, a atuação personalista dificulta a formação de uma coalizão que leve o ex-presidente a se firmar como líder político. Por outro lado, ele dispõe de ferramentas menos tradicionais, como a capilaridade nas redes sociais, para se conservar na arena pública.

"É uma situação ambígua", diz o professor das universidades federais do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora. "Tanto ele é forte que os nomes que miram seu espólio em 2026 sabem que terão que conquistar primeiro o eleitorado dele. Uma liderança como Bolsonaro não se constrói do dia para a noite."

"É uma situação ambígua. Tanto ele é forte que os nomes que miram seu espólio em 2026 sabem que terão que conquistar primeiro o eleitorado dele. Uma liderança como Bolsonaro não se constrói do dia para a noite" Jorge Chaloub cientista político

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50354>

Cooperativas têm 39% dos clientes de planos de saúde

Genilson Cezar Para o Valor, de São Paulo

Interiorizar a medicina de qualidade e ampliar o acesso da população à saúde, em um país de dimensões continentais como o Brasil, não tem sido tarefa fácil para as cooperativas médicas no setor de saúde suplementar. Mas os resultados desse esforço são expressivos e lucrativos, avaliam empresários do setor. Ao menos 39% dos 50,5 milhões de brasileiros atendidos no sistema de saúde suplementar do país em 2022 passaram por cooperativas médicas e odontológicas, que registraram uma receita de R\$ 87 bilhões no ano, 37% do total arrecadado por todo o setor.

São cerca de 400 cooperativas médicas, 200 mil profissionais e 120 milhões segundo levantamento da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). "Isso só é possível com o modelo cooperativista, que possui base local e forte vínculo com as comunidades", defende Omar Abujamra Júnior, presidente da Unimed do Brasil.

Criada em Santos (SP), a Unimed é formada por 340 cooperativas médicas e empresas, com 118 mil médicos cooperados e mais de 143 colaboradores diretos, que atendem 19,3 milhões de pessoas.

Hoje, estão em operação 156 hospitais, 86 unidades de urgência e emergência, 509 clínicas, 42 centros de diagnóstico, 68 laboratórios e 27 serviços de atenção domiciliar.

A receita do Sistema Unimed com operações de assistência à saúde, exceto odontologia, foi de R\$ 77 bilhões no ano passado.

As cooperativas evoluem positivamente, igualmente, no segmento odontológico. Uma das maiores redes do país é o Sistema Nacional Uniodonto, criado em 1972, que hoje reúne mais de 20 mil cirurgiões-dentistas cooperados, associados em torno de 130 cooperativas, que por sua vez são agrupadas em nove federações regionais. "Atendemos 2,5 milhões de pessoas, em sua grande maioria ligadas às empresas com beneficiários de planos empresariais", conta Vladimir Borin, presidente da Uniodonto Campinas.

Segundo ele, o sistema Uniodonto cresce inserido nos princípios do cooperativismo sustentável, que

contemplam a adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica e interesse pela comunidade. Recentemente, indica Borin, o sistema passou pela reformulação de sua marca, buscando maior uniformidade entre os cooperativados.

"Agora estamos na fase de reestruturação, buscando chegar de maneira mais assertiva a um número maior de empresas e pessoas que realmente se preocupam com a saúde bucal e qualidade de vida", afirma.

A difusão do cooperativismo conta também com contribuição das federações regionais, como a Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom), que reúne 37 cooperativas filiadas em Minas Gerais, Alagoas e Rio Grande do Sul. Em 2022, o faturamento das cooperativas de trabalho foi de R\$ 1,1 bilhão, o que corresponde ao valor repassado para mais de 30 mil cooperados que atuam na saúde suplementar e no Sistema Único de Saúde (SUS), destaca Cátia Costa Carvalho Rabelo, diretora-presidente da Fencom. "Nosso objetivo é contribuir para o sucesso das cooperativas de trabalho médico filiadas, oferecendo informações, suporte, treinamento e assessoria nas mais diversas", indica.

Redução de custos para o consumidor, democratização do acesso à saúde, aumento do mercado de trabalho para os profissionais da área e a qualidade do serviço prestado são as vantagens do modelo cooperativo e razões do sucesso das cooperativas médicas nos últimos anos, na avaliação de Hugo Andrade, coordenador de ramos do Sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). Porém, é preciso superar ainda algumas dificuldades regulatórias para manter o atual ritmo de expansão, avalia.

A tributação é uma das preocupações.

As principais cooperativas participaram ativamente dos debates da **Reforma Tributária** e consideram, de acordo com Andrade, que o texto aprovado na Câmara dos Deputados garante importantes avanços para o cooperativismo dentro da Constituição Federal e viabiliza o modelo de negócios. O texto ainda será avaliado pelo Senado.

"Um destaque é a possibilidade de um regime específico de tributação para as cooperativas, que

poderão escolher pelo regime especial ou pela regra geral", comenta o coordenador. "Mas ainda restam outras reflexões de grande relevância, envolvendo a não incidência e a cadeia de créditos, a possibilidade de regime especial - e qual o modelo a ser adotado a esse regime - e a alíquota de referencia reduzida", afirma Andrade.

"Modelo possui base local e forte vínculo com as comunidades" Omar Abujamra Jr.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Cooperativas têm 39% dos clientes de planos de saúde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187616>

Reforma tributária: boa para o agro e para o país (Artigo)

ALCEU MOREIRA *Deputado federal (MDB-RS)*

Quando o debate da **reforma tributária** chegou à Câmara dos Deputados, tínhamos a consciência de que o olhar para quem produz seria prioridade. Afinal, uma matéria com tamanho grau de relevância, capaz de reaquecer a economia, gerar emprego e estimular a produção e o consumo por todos os cantos do Brasil, deve começar pelas nossas potencialidades. E assim fizemos.

No papel de interlocutor da Frente Parlamentar da Agropecuária, pude dedicar meses de conversas entre o setor e o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da Casa e o autor da proposta, deputados Arthur Lira (PP-AL) e Baleia Rossi (MDB-SP). Desse modo, asseguramos que, ao final do processo, a Câmara consolidasse uma legislação moderna, que desonera custos da cadeia produtiva, pensada para as fa-

mílias dos rincões mais longínquos, que proveem riqueza e dignidade.

Com a reforma, o produtor rural será restituído de toda tributação sobre insumos adquiridos. Além disso, produtores que tenham faturamento de até R\$

3,6 milhões/ano e integrados de agroindústrias não serão contribuintes do novo Imposto de Valor Agregado (IVA), permitindo que produzam mais, gastando menos.

A isenção de **tributos** para

itens da cesta básica, a alíquota diferenciada para o setor - definida em 40% da alíquota padrão - e a inclusão do ato cooperativo são outras conquistas que reafirmarão a condição do solo brasileiro como exemplo mundial em segurança alimentar, estabelecendo sintonia entre o que diz a Constituição Federal e a vida real.

Por mais de quatro décadas, o Brasil foi trabalhado para se tomar chão de fábrica, até que o colono provou que tudo o que há de mais novo, avançado e tecnológico vem da roça. O agro é indústria antes e depois da lavoura, é a força que dita o rumo do **PIB** nacional, que começa no campo e termina na prateleira do supermercado. Não tenho dúvidas de que

a reforma irá cumprir o seu papel, pois se é boa para o agro, será boa para o país.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Senadores articulam por mudanças em proposta

Karla Araújo karla.araujo@popular.com.br

Incentivos fiscais, composição do conselho federativo e alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estão entre temas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** que, na leitura de senadores de Goiás, devem ser discutidos no Congresso Nacional a partir de agosto com possibilidade de mudanças no texto. Os itens estão na lista de críticas feitas pelo governador Ronaldo Caiado (U B) à matéria.

Em meio ao avanço da tramitação em Brasília, Caiado tem sido uma das poucas vozes contrárias. O governador defende simplificação do sistema tributário no Brasil, mas alega que o texto que está no Congresso tira autonomia de entes subnacionais e diminui a competitividade de estados que têm menor número de consumidores, como Goiás. Para Caiado, a **reforma tributária** deveria ter começado por mudanças de maior impacto para a União.

O texto traz a proposta de criar um fundo abastecido com recursos da União para compensar, até 2032, o fim dos incentivos fiscais. O governo federal ofereceu R\$ 40 bilhões, mas os governadores querem pelo menos R\$ 75 bilhões. Os estados usam atualmente os incentivos fiscais como estratégia para atrair empresas.

A previsão deste tipo de incentivo até 2032 foi discutida anteriormente e determinada em lei aprovada em 2021. O senador Vanderlan Cardoso (PSD) estuda apresentar emenda para estender o período, e consequentemente a compensação, até 2040. Já o senador Jorge Kajuru (PSB) fala sobre procurar uma alternativa para criar o IVA e manter o mecanismo. Wilder Moraes (PL) também defende a estratégia e promete articular a favor dos incentivos fiscais.

Quanto à composição e regras do conselho federativo (será responsável pela gestão e distribuição de **impostos** arrecada -dos), os senadores acreditam que o diálogo avançará para garantir, com regras claras, equilíbrio nas decisões. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan afirma que a Casa deve se debruçar sobre este ponto. Para o senador, todas as regras deste item precisam ser previstas na PEC, sem abrir espaço para definir detalhes posteriormente em lei complementar.

Wilder argumenta que o debate sobre o conselho deve se aprofundar no Senado porque a Casa tem três representantes de cada estado, enquanto a Câmara dos Deputados tem quantidade de parlamentares proporcional ao número de habitantes de cada unidade da federação. Para Wilder, a composição do Senado pode aumentar a voz dos estados com menor população.

"Um texto que não estabelecer regras claras e justas para a composição deste conselho e para a distribuição dos recursos, não pode contar com o nosso apoio", declarou Wilder. Kajuru afirma que ainda estuda o tema.

CARGA TRIBUTÁRIA

Outro item polêmico da reforma é a alíquota final do IVA. Especialistas e o governo afirmam que o percentual só deve ser definido em lei complementar, por causa da complexidade e pela natureza do dispositivo. No entanto, há cobrança de que a alíquota esteja prevista na PEC ou pelo menos seja determinado antes da aprovação do texto base da reforma no Congresso.

Kajuru concorda com a definição do percentual na PEC e acredita na possibilidade de ampliar o diálogo para inclusão no texto. A **reforma tributária** teve origem no Congresso, mas sua tramitação avança também como consequência de apoio do governo federal. A alíquota, segundo Kajuru, deve ser alvo de articulação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Já Wilder afirma que trabalhará para que pelo menos a alíquota máxima esteja prevista no texto da PEC. Para Vanderlan, a perspectiva de a alíquota ser definida em lei complementar deve se cumprir.

Os senadores também afirmam que o debate sobre a reforma deve ser ampliado nos próximos meses. A expectativa é de votar a proposta em outubro. Antes do plenário, a matéria precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com Vanderlan, a CAE prepara cronograma com uma série de audiências públicas. Os encontros devem contar com representantes dos estados,

municípios, governo federal e setor produtivo. O cronograma deve ser divulgado entre terça (1º) e quarta-feira (2).

POSICIONAMENTOS

Aliado de Caiado, Wilder tem discurso sobre **reforma tributária** alinhado com o governador. Kajuru também tem posicionamento próximo a Caiado. O pes-sebista foi o responsável por evento realizado em Goiânia na sexta-feira (28), com a participação do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), de representantes do setor produtivo goiano e do estado de Goiás. O principal tema do encontro foi a **reforma tributária**.

Vanderlan e Caiado demonstraram inicialmente abertura para diálogo conjunto sobre a reforma. O senador esteve no Palácio Pedro Ludovico Teixeira no fim de junho - antes da votação do texto na Câmara - para reunião sobre o tema com o governo e entidades.

Depois que os deputados aprovaram a proposta, o governador fez cobranças aos senadores, principalmente com declarações direcionadas a Vanderlan por causa de sua posição como presidente da CAE. Em resposta, Vanderlan criticou Caiado pelo "uso de frases de efeito e a tentativa de direcionamento de culpa para o Senado".

Um texto que não estabelecer regras claras e justas para a composição deste conselho (responsável pela gestão e distribuição de **impostos** arrecadados) e para a distribuição dos recursos, não pode contar com o nosso apoio" Wilder Moraes (PL), senador

Vonderlon Cardoso (PSD): regras claras na PEC sobre conselho federativo
Jorge Kajuru (PSB): definição da alíquota final do IVA antes de aprovação

Tramitação

Pontos da **reforma tributária** questionados pelo governador de Goiás devem ser debatidos no Senado

Site: <https://opopular.com.br/digital/31-julho-2023/1o-caderno>

Gol e Latam querem mudar reforma tributária por beneficiar Azul

Painel S.A.

Gol e Latam já preparam estudos e pareceres para brigar no Senado contra um benefício da **reforma tributária** que, ao final, afirmam, só beneficiará a Azul.

Na proposta aprovada pela Câmara e que agora será revista pelo Senado, somente a aviação regional desfruta de alíquota diferenciada. O restante do setor ficará com a alíquota cheia (25%).

Para ambas, que operam com modelos padrões de aeronave, difíceis de voarem para lugares e pistas menores típicas das rotas regionais, como faz a Azul com seus modelos de menor porte da Embraer , haverá abertura para subsídio cruzado.

Isso significa que consideram a possibilidade de que a concorrente se aproveite de ganhos da operação regional para baixar preços de passagens em rotas altamente competitivas, especialmente em Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ).

Representantes das empresas já avaliam a possibilidade de recorrer ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) caso a reforma passe desse jeito. Para elas, o benefício vai criar uma concorrência desleal.

Com Diego Felix

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/07/gol-e-latam-querem-mudar-reforma-tributaria-por-beneficiar-azul.shtml>

Elevação no rating do Brasil contribui para retomada dos IPOs na Bolsa, dizem especialistas

Lucas Bombana

Quase dois anos depois da última abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa brasileira - a empresa de medicamentos Viveo fez a sua estreia na B3 em agosto de 2021-, a expectativa do mercado é de uma retomada das ofertas iniciais de ações até o final do ano.

Segundo pessoas familiarizadas com as ofertas em estudo, nomes que já tentaram abrir o capital, como a empresa de logística voltado ao setor marítimo CBO (Companhia Brasileira de Offshore) e a chinesa do setor de energia CTG (China Three Gorges), estão entre as principais candidatas para reabrir o mercado brasileiro de IPOs nos próximos meses.

A Compass, empresa da Cosan com atuação no setor de gás, e as empresas de saneamento Aegea, Iguá e Corsan também são apontadas entre as que podem fazer a abertura de capital na B3 entre o final de 2023, ou, no mais tardar, no início de 2024.

O avanço da agenda econômica do governo, com o andamento de pautas caras aos investidores no Congresso, como a **Reforma Tributária** e o arcabouço fiscal, e a melhoria nas projeções para a **inflação** e o **PIB** (Produto Interno Bruto), que ganharam o selo de reconhecimento da Fitch na última semana, abrem caminho para que as empresas se sintam mais confiantes para voltar a acessar o bolso dos investidores.

"A mudança na nota de crédito pela Fitch é resultado de uma política correta que o governo está fazendo, e sem dúvida pode contribuir para a retomada das ofertas de ações e IPOs na Bolsa", diz Bernardo Parnes, sócio-fundador da Investment One Partners.

A melhora no rating pela Fitch, que se seguiu à alteração na perspectiva da nota de crédito feita algumas semanas atrás pela Standard E Poor's, "mostra uma confiança maior dos agentes externos em relação ao Brasil e com certeza também contribui para nosso otimismo em relação às perspectivas de mercado", endossa Roderick Greenlees, diretor do banco de investimento do Itaú BBA.

Ao longo do primeiro semestre, as ofertas de ações movimentaram cerca de R\$ 13,5 bilhões, segundo dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), mas envolveram apenas follow-ons (ofertas subsequentes), de empresas que já têm ações negociadas na Bolsa.

Neste ano, Assaí, Hapvida, Dasa, Orizon, SmartFit, Oncoclínicas, CVC Brasil, Localiza e Vamos buscaram com acionistas capital para tocar suas operações.

Grenenlees, do BBA, estima que o ano deve terminar com um total de 25 a 35 ofertas de ações no mercado brasileiro, com potencial para movimentar entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões, já considerando as ofertas em andamento da Copel e da Viveo - com potencial para movimentar cerca de R\$ 7 bilhões.

O executivo diz que a maior parte das operações esperadas para o ano ainda deve ser composta por follow-ons, mas que "é uma questão de tempo" até que um novo IPO apareça na Bolsa brasileira.

"Muito provavelmente no último trimestre do ano a gente vai ter uma retomada dos IPOs no Brasil", diz Felipe Thut, diretor do Bradesco BBI.

O diretor do BBI afirma que, das ofertas de ações realizadas até aqui em 2023, a demanda tem superado o tamanho da oferta entre 3 e 7 vezes, o que indica o tamanho do apetite do investidor por ações de boas companhias neste momento.

Thut diz que, frente ao pipeline de novas operações, também trabalha com uma estimativa de até R\$ 60 bilhões em ofertas de ações neste ano. "Com as incertezas sendo dissipadas no país, estamos à beira de ver um fluxo relevante de estrangeiros vindo para o Brasil", acrescenta Thut.

Em linha com os pares, Teodora Barone, responsável pela área de mercado de ações do UBS BB, estima que as ofertas de empresas que já têm ações negociadas na Bolsa têm potencial para movimentar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões na segunda

metade do ano, com uma participação importante de ao menos 50% dos estrangeiros nas operações.

"Nossa expectativa é que a aceleração que vimos no número de ofertas no final do primeiro semestre continue após as férias do hemisfério norte", afirma a especialista. Ela lembra que, das 8 ofertas de ações no primeiro semestre, 4 foram no mês de junho.

Com a volta dos grandes investidores estrangeiros ao mercado após o recesso de agosto, os meses de setembro e outubro devem ser bastante aquecidos em termos de ofertas de ações, prevê Teodora.

Ela acrescenta que o ambiente aquecido para as ofertas de ações e uma possível continuidade do desempenho positivo da Bolsa, com o Ibovespa testando níveis ao redor dos 130 mil pontos, devem contribuir de fato para que as aberturas de capital voltem a acontecer.

"O mercado de IPOs começa a se aquecer. Companhias que já tentaram o IPO no passado começam a reavaliar a abertura de capital", afirma Teodora.

A executiva do UBS BB diz ainda que as ofertas de abertura de capital devem envolver volumes elevados, acima de R\$ 1 bilhão, de modo a dar conforto aos grandes investidores que miram operações com capacidade de negociação robusta, de entre US\$ 5 milhões e US\$ 10 milhões diários, no mercado secundário.

Thut, do BBI, assinala que iniciativas como o arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária** tiraram do radar o risco de uma postura irresponsável do governo na condução da economia e deram conforto tanto para os investidores quanto para as próprias agências de rating adotarem uma visão mais positiva para o mercado brasileiro.

O setor imobiliário, fomentado pelo Minha Casa, Minha Vida, o de infraestrutura, que demanda capital intensivo, e o varejo, beneficiado pela queda dos juros, deverão estar entre os que vão buscar financiamento para novos investimentos nos próximos seis meses, prevê Thut.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/elevacao-no-rating-do-brasil-contribui-para-retomada-dos-ipos-na-bolsa-dizem-especialistas.shtml>

Reforma Tributária: inversão de forças no Senado amplia influência de Norte e Nordeste para alterar texto

Por *Victoria Abel - Brasília*

A tramitação da **Reforma Tributária** no Senado - que será retomada nesta semana com o fim do recesso do Legislativo - terá uma inversão na correlação de forças políticas em comparação com as negociações na Câmara, onde a proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada no início do mês .

Os estados do Sul e do Sudeste tiveram papel decisivo na aprovação do texto pelos deputados, com destaque a para a atuação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), contrariando o ex-presidente Jair Bolsonaro .

Na Casa vizinha, no entanto, as modificações cogitadas pelos senadores terão maior influência dos estados do Norte e do Nordeste, com maior ênfase nas questões federativas e com sinais de apoio do governo.

Na Câmara, os sete estados do Sul e do Sudeste, mais populosos, detêm metade (256) das 513 cadeiras. No Senado, cada unidade da federação tem três senadores, seja o Distrito Federal ou São Paulo. Sul e Sudeste só contam com um quarto das cadeiras enquanto os 16 estados de Norte e Nordeste somam 48 senadores, 60% do plenário. Entre eles, está o relator da PEC, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Ao menos três pontos da proposta que unifica cinco **tributos** sobre o consumo em dois tipos de imposto sobre valor agregado (IVA) devem mudar no Senado: os critérios de decisão do Conselho Federativo , a divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e o prazo de transição de 50 anos entre a atual cobrança de **impostos** na origem da empresa e a futura, no destino, onde o consumidor compra. Se o Senado alterar o texto, a PEC voltará para nova votação dos deputados.

O governo quer ter a reforma promulgada até o fim do ano, afirmaram os ministros da Fazenda, Fernando Haddad , e do Planejamento, Simone Tebet , nos últimos dias, mas apoia correções do Senado. Um dos pontos encampados por alguns senadores que mais interessa à equipe econômica é a redução na

quantidade de setores e produtos inscritos pelos deputados como exceções no texto para terem a alíquota do IVA zerada ou reduzida em 60%. A lista saiu da Câmara com serviços de educação, saúde e transporte; medicamentos e dispositivos médicos; produtos agropecuários e de higiene pessoal; alimentos da cesta básica; e atividades artísticas e culturais.

No sábado, Haddad indicou que vai se empenhar na redução das exceções para que a alíquota padrão do futuro IVA não seja alta. Ele prometeu enviar ao Senado, com a retomada dos trabalhos legislativos em agosto, um cálculo de quanto seria a alíquota com as exceções incluídas pelos deputados. Um estudo do Ipea estimou em 28% enquanto o governo previa algo até 25%. Antes do recesso, Braga havia declarado que cobraria simulações da Fazenda, já que a alíquota só será definida após a promulgação da reforma.

- Nós vamos mandar no começo da semana, senão na próxima, na outra, já está ficando pronta (a simulação)... Vamos mostrar quanto custa, em termos de alíquota padrão, cada exceção. (...) Você vai acumulando as exceções até chegar numa alíquota padrão que desvia da desejada pela sociedade - afirmou Haddad, em entrevista à TV GGN. - Se está beneficiando um setor, tem que estar muito bem embasado, porque todo mundo vai pagar por isso.

O governo também ficou incomodado com um trecho do texto aprovado que prevê que estados possam criar um novo imposto sobre produtos primários e semielaborados, para abastecer fundos para infraestrutura e habitação que hoje existem em Goiás, Pará, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Auxiliares de Haddad defendem a retirada do trecho, que avaliam ser "genérico", dando margem à cobrança de contribuições sobre produtos primários sem qualquer restrição. Nesse ponto, o ministro concorda com Braga, que já indicou intenção de retirar esse trecho para eliminar o que chamou, em entrevista ao GLOBO, de "insegurança".

As discussões sobre a reforma devem ser retomadas amanhã, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reúne líderes partidários para a

retomada dos trabalhos no Congresso. A expectativa é que, no mesmo dia, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúna para formalizar Braga na relatoria.

Também amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve aprovar o plano de trabalho para análise da reforma. O colegiado não terá poder de decisão sobre a PEC, que passará apenas pela CCJ antes do plenário. A CAE, no entanto, vai promover audiências públicas e reunir informações para abastecer o relator e senadores que queiram propor emendas à PEC. Segundo o senador Efraim Filho (União-PB), que coordena o grupo de trabalho da reforma na CAE, serão montados dois eixos principais de discussão: um para analisar o impacto nos setores produtivos e outro para examinar efeitos sobre a municípios, estados e União.

Um dos principais alvos dos senadores é o mecanismo que dá maior poder de decisão aos estados mais populosos no Conselho Federativo, colegiado que vai gerir a distribuição entre estados e municípios do futuro Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), que sairá da fusão entre ICMS e ISS. O mecanismo foi incluído pelo relator na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para conquistar o apoio dos governadores e bancadas dos estados de maior população. Mas os senadores devem mudar para pesos iguais entre os estados, o que já é dado como certo até pelos governadores de Sul e Sudeste.

Reforma Tributária: setor de energia teme conta de luz mais cara com brecha para imposto seletivo

- O projeto tem um viés centralizador. Precisa de uma solução que evite um controle que pode ser suscetível a lobbies - critica o senador Esperidião Amim (PP-SC).

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) avalia que o colegiado, como definido pela Câmara, é de "difícil composição":

- É evidente que a Câmara jogou para cima sabendo que no Senado o jogo de forças é diferente.

Pelo texto aprovado na Câmara, as 27 unidades da federação poderão indicar um representante para o Conselho Federativo. O conjunto dos 5.568 municípios nomeará outros 27, sendo 14 deles com base em um voto de cada município e 13 com peso proporcional às populações. As decisões terão que ser tomadas por maioria simples, mas, o grupo vencedor precisará representar 60% da população do país, considerado o resultado do Censo mais recente. Na prática, estados do Sudeste e do Sul teriam a capacidade de, unidos, travar as deliberações.

- Senadores representam os estados em igualdade de cadeiras. No mínimo, será exigido o equilíbrio entre os votos - diz o senador Carlos Viana (Podemos-MG).

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que também se envolveu bastante nas negociações na Câmara, reconhece que o debate será mais difícil no Senado:

- Vamos participar das discussões para reforçar os pontos que tratamos na Câmara. E sei que serão intensamente debatidos no Senado.

Aliados de Tarcísio de Freitas afirmam que ele ainda não tem planos de marcar presença em Brasília para conversar com os senadores, como fez na reta final da tramitação na Câmara. O governador de São Paulo encabeçou o pedido de alterações no relatório de Aguinaldo Ribeiro e chegou a se encontrar com o ministro Fernando Haddad, seu rival na eleição de 2022, despertando a ira dos bolsonaristas. Interlocutores do governador dizem que ele se dedicou ao tema "para fazer o projeto andar", mas agora sabe que este é um assunto do Congresso.

Além das alterações no Conselho Federativo, os senadores consideram ainda diminuir o prazo de 50 anos de transição do sistema de imposto da origem para o destino. Também querem rever as regras de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que será um mecanismo de compensação aos estados por possíveis perdas de investimentos durante a transição do atual para o futuro sistema tributário. Um acordo entre Câmara e Senado propõe que os senadores aperfeiçoem essa parte da PEC, em conversas com governadores e prefeitos. O Comitê dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) defende que a distribuição da verba do FDR seja pelo critério de **PIB** invertido, favorecendo os estados mais pobres. Governadores dos estados mais ricos, do Sul e do Sudeste, são favoráveis ao uso do cadastro do Bolsa Família nos cálculos.

- No Senado, precisamos aprimorar a reforma, equilibrando a federação e antecipar, quem sabe, o prazo para cobrança no destino - diz Renan Calheiros (MDB-AL).

Colaborou Vitor da Costa

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/31/reforma-tributaria-inversao-de-forcas-no-senado-amplia-influencia-de-norte-e-nordeste-para-alterar-texto.ghtml>

Mais punidas que os homens e em menos cargos de liderança: mulheres sofrem desequilíbrio na Câmara

Por Gabriel Sabóia e Lauriberto Pompeu

Ainda que tenha aumentado de tamanho, na comparação com o mandato anterior, a bancada feminina segue enfrentando na Câmara dos Deputados percalços não vivenciados pelos homens. Processos que correm em ritmo mais acelerado no Conselho de Ética, presença ínfima nos cargos de liderança e na Mesa Diretora e distância da relatoria dos projetos mais relevantes compõem o retrato da largada desta legislatura.

No colegiado que analisa punições a parlamentares, as ações contra as deputadas andam praticamente no dobro da velocidade daquelas que têm homens como alvos. Das 11 representações que já tiveram ao menos escolha de relator, sete buscam sanções a mulheres. Em média, desde a apresentação da acusação, passaram-se 46 dias até que fosse escolhido um parlamentar para analisar o caso ou que o parecer fosse apresentado.

No caso dos homens, acusados em quatro processos, o caminho é mais lento: 86 dias, em média. A ação que mira o deputado José Medeiros (PL-MT), que, segundo o PT, intimidou a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) e empurrou o deputado Miguel Angelo (PT-MG), é ilustrativa. A representação foi formalizada em 15 de março, e o relator só foi escolhido mais de três meses depois. Até hoje, 138 dias após o início do trâmite, ainda não há parecer apresentado. À época, Medeiros negou a agressão.

Seis deputadas de PSOL e PT estão respondendo no Conselho de Ética a representações do PL, em sua maioria, e do PP, em um caso - todas consequências da votação do projeto que cria o marco temporal das terras indígenas, aprovado na Câmara. O partido alega que deputados favoráveis ao texto foram chamados de "assassinos", especialmente o bolsonarista Zé Trovão (PL-SC). A legenda afirma ainda que algumas das parlamentares foram às redes e atacaram os colegas favoráveis e a própria Casa, promovendo "manchas à honra".

As ações foram abertas em bloco em 14 de junho, 12 dias após a acusação ter sido feita e dois dias depois

da chegada à comissão. Nos casos de Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Célia Xakriabá (PSOL-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP), já há parecer apresentado, enquanto na acusação a Erika Kokay (PT-DF), o relator já foi escolhido. Levando-se em consideração estes casos isoladamente, o andamento é ainda mais veloz: 39 dias. A acusação contra Sâmia Bomfim (PSOL-SP) ainda aguarda a definição. Há uma outra ação contra Juliana Cardoso, também pelo marco temporal, ainda em aberto.

O grupo de deputadas reclama de misoginia e perseguição política e começou uma série de atos pelo Brasil. Talíria, que, assim, como Sâmia, responde ainda a uma outra ação no conselho, fruto da CPI do MST, diz que a mobilização é necessária para chamar a atenção para o que classifica de "absurdo".

- A repercussão negativa dessas representações foi um tiro no pé de quem agiu desta forma com um grupo de deputadas - avalia.

Já no episódio envolvendo a deputada Carla Zambelli, o PSB afirma que a deputada xingou o deputado Duarte Jr. (PSB-MA) com "palavras de baixo calão". Da entrega da representação até o parecer, decorreram 90 dias.

O levantamento obtido pelo GLOBO foi realizado pela pesquisadora Tássia Rabelo, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desde que o órgão foi criado, as mulheres foram alvo de 30 denúncias por quebra de decoro. Já os homens, 193. No ano passado, elas responderam por 32% das acusações. A pesquisadora lembra que, até hoje, nenhum caso de violência política de gênero denunciado ao Conselho resultou em punição. Inclusive o que envolvia o ex-presidente Jair Bolsonaro, que afirmou que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuproada. Na época, ele era deputado federal.

- A quantidade de representações contra mulheres sempre foi baixa, porque a presença de mulheres também é baixa historicamente. Embora a bancada

tenha crescido, é desproporcional que um grupo minoritário responda por 70% das representações. Preocupa que um órgão que nunca protegeu as mulheres agora passe a ser usado para atacá-las - afirma Tássia.

O percentual a que a pesquisadora se refere diz respeito ao número de processos já instaurados este ano no Conselho: 13, dos quais em nove os alvos são mulheres. A bancada feminina elegeu 91 deputadas em 2022, contra 77 em 2018.

Além de Medeiros, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) também é alvo no colegiado por ter, segundo o PT, xingado e afirmado "meteria a mão na cara" do colega Marcon (PT-RS), em meio a uma discussão sobre a facada que Bolsonaro recebeu na campanha de 2018. Já o caso de Nikolas Ferreira (PL-MG), acusado de ter cometido um ato de transfobia no plenário, levou 105 dias entre o início e a apresentação do parecer. Completa a lista de homens sob investigação no Conselho de Ética o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), acusado de importunação sexual contra a deputada Julia Zanatta (PL-SC), o que ele nega.

O presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto Jr. (União-BR), afirma que não há misoginia e diz que os diferentes ritmos de tramitação são decorrentes de razões externas à comissão:

-Todos estes processos foram colocados imediatamente para apreciação e sorteio de relator. Os trâmites naturais, fora do Conselho, é que ditam esse ritmo. Os processos vão para a Mesa Diretora, eventualmente para a Corregedoria, e depois voltam. A natureza de um ou outro processo pode fazer com que sejam necessárias mais análises.

Fora do colegiado, o retrato também é desfavorável às mulheres. Dos sete cargos titulares da Mesa Diretora, apenas um, a Segunda Secretária, é ocupado por uma mulher: Maria do Rosário (PT-RS). O presidente da Casa é Arthur Lira (PP-AL), repetindo a trajetória que se iniciou no Império e se manteve na República: nunca uma mulher comandou a Câmara.

Dos 23 cargos de liderança, apenas um é ocupado por mulher: Adriana Ventura (Novo-SP). Por ter apenas três deputados, sem ultrapassar a cláusula de barreira, o Novo tem uma estrutura mais enxuta, com menos assessores, e o cargo, formalmente, é de "representante". Em plenário, ela tem os mesmos direitos dos outros líderes. No caso de Jandira Feghalli (PCdoB), apesar de coordenar as reuniões de bancada, a vinculação com o PT via federação faz com que a liderança deste conjunto, que tem ainda o PV, seja exercida por Zeca Dirceu (PT-PR).

Das 30 comissões permanentes da Casa, só cinco são presididas por mulheres. A de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante delas, foi comandada por uma mulher apenas uma vez, em 2021, quando era chefiada por Bia Kicis (PL-DF). Nunca uma mulher foi indicada para ser relatora do orçamento no Congresso, e apenas três parlamentares presidiram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) até hoje, incluindo a atual, a senadora Daniela Ribeiro (PSD-PB).

Mulheres também estão ausentes das relatoria das principais iniciativas da Casa. Foram homens os responsáveis pelos pareceres da **Reforma Tributária**, do novo marco fiscal e das medidas provisórias de reorganização dos ministérios, do novo Bolsa Família e do Minha Casa Minha Vida.

Uma lei aprovada no Congresso neste ano, no entanto, é uma reivindicação antiga da bancada feminina: o projeto da igualdade salarial entre homens e mulheres. Em março, a Câmara informou ainda que, na legislatura passada, 218 propostas de interesse da bancada feminina foram aprovadas. Procurada para comentar o quadro atual, a Casa não se manifestou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/31/mais-punidas-que-os-homens-e-em-menos-cargos-de-lideranca-mulheres-sofrem-desequilibrio-na-camara.ghtml>

Crescer o bolo e depois repartir? Ricos ficaram mais ricos e não repartiram

Colaboração para Ecoa, em São Paulo, (SP).

O mercado adora usar a história do bolo para enganar a população e aumentar os seus privilégios.

Delfim Neto, que foi ministro nos governos militares, dizia: vamos crescer o bolo, isto é, a economia medida pelo **PIB**, e depois a gente divide.

Esse argumento traz a falsa sensação de que em um bolo grande todos terão pedaços.

A economia cresceu, os ricos ficaram mais ricos e jamais dividiram o bolo.

Teremos agora novos capítulos da **reforma tributária**. Precisamos falar de tributar grandes fortunas, dividendos, fundos exclusivos. Tudo isso tira privilégios dos mais ricos.

E muitos voltarão a falar que essa retirada de privilégios atrapalha o crescimento da economia e usarão novamente a analogia do bolo.

E fica a reflexão:

Por isso, da próxima vez que alguém reclamar do aumento da carga tributária para os mais ricos, dizendo que isso vai prejudicar o crescimento da economia, pergunte: crescimento para quem?

*João Paulo Pacifico é CEO do Grupo Gaia

Um fazendeiro excêntrico cria um safári africano, uma cidade famosa por seus caixões? Em OESTE, nova série em vídeos do UOL, você descobre estas e outras histórias inacreditáveis que transformam o centro-oeste brasileiro. Assista:

Siga Ecoa nas redes sociais e conheça mais histórias que inspiram e transformam o mundo:

https://www.instagram.com/ecoa_uol/

https://twitter.com/ecoa_uol/

Site:

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2023/07/31/crescer-o-bolo-e-depois-repartir-ricos-ficaram-mais-ricos-e-nao-repartiram.htm>

Viagem de Bolsonaro aos EUA custou R\$ 757 mil ao erário

A temporada do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Estados Unidos custou R\$ 757,2 mil aos cofres públicos.

A maior parte do montante serviu para bancar diárias de hotel (R\$ 638,2 mil) dos servidores que acompanharam o ex-titular do Palácio do Planalto, além de passagens aéreas (R\$ 92,9 mil) e seguros (R\$ 26,1 mil).

Bolsonaro permaneceu no exterior por 89 dias, entre 30 de dezembro e 29 de março. Os gastos, porém, não são ilegais. Pela legislação, ex-mandatários têm direito a manter oito servidores a seu serviço.

Em cifras que não guardam relação com os valores bancados pelo erário, movimentações financeiras registradas nas contas pessoais de Bolsonaro entre 12 de janeiro e 4 de julho deste ano chamaram a atenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de combate à lavagem de dinheiro. Entre elas, o envio de R\$ 800 mil para uma conta nos Estados Unidos, três dias antes da viagem. Segundo a defesa do ex-presidente, ele fez a transação por não confiar na política econômica do atual governo.

O Coaf identificou ainda que Bolsonaro recebeu R\$ 17,2 milhões em transferências via Pix nos seis primeiros meses deste ano. O órgão sustenta que, "provavelmente", o dinheiro era resultado de uma campanha de arrecadação feita por apoiadores para que o ex-presidente tivesse recursos para pagar multas por descumprimento de regras sanitárias durante a pandemia, aplicadas pelo governo de São Paulo. O montante milionário equivale a 32 vezes o que Bolsonaro recebeu de salário e aposentadoria entre janeiro e julho. O levantamento indicou ainda que, no mesmo período, ele alocou R\$ 17 milhões em investimentos de renda fixa.

TRIBUTAÇÃO

O Coaf rastreou 769.717 operações de Pix para Bolsonaro. Até agora, apesar das doações, o ex-presidente não fez o pagamento do quase R\$ 1 milhão devido em cinco processos que tramitam na Justiça de São Paulo decorrentes de infrações sanitárias. A obrigatoriedade de usar o dinheiro para a finalidade divulgada durante a arrecadação divide juristas. O advogado criminalista Carlos Lube avalia que as

transações de apoiadores para Bolsonaro não são doações com encargos, isto é, quando o doador impõe que o dinheiro seja aplicado em determinado fim:

-Há o pretexto das multas, mas não me parece que há uma convenção entre doadores e donatário de que esses valores tenham que ser usados exclusivamente para isso.

Já para o tributarista Diogo Pereira, se a destinação dos recursos é diferente da anunciada, pode ficar caracterizada má-fé. Ele frisa, porém, que caso haja sobra depois que o dinheiro for aplicado no objetivo proposto, nada impede o donatário de usá-la como quiser.

Certo é que o ex-presidente deve recolher imposto sobre as transações. Segundo Pereira, elas podem ser declaradas como doações identificadas ou rendimentos em seu patrimônio. No primeiro caso, o donatário paga o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação. No segundo, recolhe o tributo pelo Carnê-leão.

- Se não houve a declaração do recebimento do dinheiro, está em curso um crime de sonegação fiscal. Se o donatário declarou o recebimento e não pagou **tributos**, está sujeito a recolhimento dos valores devidos com multa -explica o especialista.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Índia e México surgem como potências

LUCIANA DYNIEWICZ LUIZ GUILHERME GERBELLI

Uma potência em expansão no Oriente (a Índia), próxima a outros países com crescente poder econômico (como Vietnã e Indonésia), além de uma força pujante na América Latina (o México).

Nas próximas décadas, o mundo deve ver o fortalecimento de novos atores globais.

Debatida e estudada por economistas de todo o mundo, essa migração tem como pano de fundo três importantes fatores: a transformação estrutural da economia chinesa, a mudança nas cadeias produtivas como herança da pandemia e os impactos da guerra na Ucrânia. "Já estamos vendo algumas evidências de que a China é um ator menos dominante no comércio global", afirma Robert Sockin, economista global do Citi.

Os países do sudeste asiático, com uma estrutura de produção parecida com a chinesa, a Índia, pelo tamanho da sua população, e o México, diante da proximidade com os EUA, são candidatos a ganhar espaço no cenário mundial.

Nesse novo cenário para os próximos anos, o Brasil não é visto como um dos principais beneficiados, mas, ainda assim, terá oportunidades. O País tem a seu favor uma base industrial e uma economia de escala, mas problemas já conhecidos, como alta carga tributária e deficiências em infraestrutura, impedem um ganho maior.

"É também uma economia extraordinariamente fechada ao comércio internacional", afirma Alberto Ramos, diretor de pesquisas macroeconômicas para América Latina do Goldman Sachs.

Na análise de Welber Barral, consultor na área de comércio internacional e secretário de Comércio Exterior entre 2007 e 2011, entre os fatores que atrapalham o Brasil, além da distância do País a um importante centro consumidor como os EUA, está o fato de o País não ter um acordo de livre comércio com os americanos.

Para Barral, porém, outro fator pode ajudar o Brasil nos próximos anos: a transição energética. O consultor destaca que o País pode ser beneficiar da demanda global crescente por hidrogênio verde e crédito de carbono, produtos que o Brasil tem capacidade de ser um grande fornecedor.

Já a China deve enfrentar dias mais difíceis. A última projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que o **PIB** do país deve crescer 5,2% em 2023, e depois seguir com altas pouco superiores a 3% até o fim da década. "A China continuará a enfrentar uma série de desafios nos próximos anos. O desemprego entre jovens continua alto, o país está envelhecendo rapidamente, as incertezas para o setor imobiliário são persistentes e as tensões geopolíticas são uma preocupação para as empresas", diz Sockin.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vantagem chinesa, mão de obra barata agora é mais rara no país

LUCIANA DYNIEWICZ LUIZ GUILHERME GERBELLI

Beneficiada por milhões de trabalhadores que deixaram o campo e migraram para a cidade, a China angariou, nas últimas décadas, uma mão de obra barata que ajudou a dar base para uma indústria competitiva e capaz de exportar para todo o mundo. Em um ritmo que deve ser lento, mas ininterrupto, esse papel da China de grande fábrica do mundo deve começar a perder força. O grande nó se dá porque esse modelo que garantiu um crescimento robusto para o país - seu **PIB** chegou a avançar mais de 10% - parece ter se esgotado.

A economia chinesa enfrenta problemas estruturais que ajudam a explicar o crescimento mais fraco. A saúde financeira de parte das empresas do setor imobiliário preocupa e o desemprego é alto entre os jovens - a taxa de desocupação para a população de 16 a 24 anos supera 20%.

Além disso, para tirar o país da renda média, o governo passou a orientar um crescimento com base no consumo, seguindo um caminho trilhado por boa parte dos países ricos.

"A gente está sempre acostumado a uma China exportando bens, mas o mundo vai ter de se acostumar com uma economia chinesa importando bens", diz Laura Pitta, economista do banco Itaú.

INVESTIMENTOS. Nos últimos anos, também ficou mais difícil investir na China por causa dos conflitos geopolíticos com os Estados Unidos. Na gestão de Donald Trump, os dois países deflagraram uma guerra comercial com a imposição de tarifas para diversos produtos de importação.

A China também foi afetada por uma nova estratégia das empresas. Elas passaram a reorganizar suas produções após a pandemia e a guerra entre Ucrânia e Rússia desorganizarem cadeias produtivas espalhadas pelo mundo. O objetivo, agora, é produzir mais perto do mercado consumidor em potencial, o que ficou conhecido como "nearshoring".

Nos últimos meses, importantes companhias já transferiram parte da produção da China. Em setembro do ano passado, a Apple decidiu fabricar o iPhone 14 na Índia. A companhia justificou a decisão

por causa de questões geopolíticas e pelos problemas na cadeia de produção detonados pela pandemia.

A HP também decidiu transferir parte da sua produção de computadores da China para a Tailândia e o México, segundo informações do jornal japonês Nikkei. O objetivo da companhia é justamente ter uma cadeia de suprimentos mais diversificada.

MÃO DE OBRA. A China ainda pode perder fábricas em razão do encarecimento da mão de obra. Conforme o país tem enriquecido, o custo do trabalho vem aumentando.

Além disso, após anos de controle de natalidade, o país começou a ver, em 2022, sua população encolher.

A mudança demográfica significa que menos jovens serão colocados no mercado de trabalho no futuro, o que também deve elevar o preço da mão de obra, destaca o economista-chefe da Santander Asset, Eduardo Jarra.

DESEMPENHO FRUSTRANTE.

Os últimos números do **PIB** chinês revelaram uma economia que tem crescido abaixo do esperado. No segundo trimestre, o **PIB** do país avançou 6,3% na comparação anual. O resultado ficou abaixo do esperado pelos economistas, que projetavam alta de 6,9%.

No início do ano, os economistas chegaram a apontar um otimismo com o crescimento chinês após o fim da política de covid zero. No auge da pandemia, o governo local adotou uma dura política de restrições de mobilidade para evitar a propagação da doença.

"No pós-reabertura, quando a gente compara o que aconteceu nos Estados Unidos e até o no Brasil, não houve um boom de consumo na China, uma vez que não houve a transferência de renda do governo para as famílias", afirma Laura, do Itaú. "Tem havido essa decepção de parte do consumo."

"A gente está sempre acostumado a uma China exportando bens, mas mundo vai ter de se acostumar com o país importando bens" Laura Pitta Economista do Itaú

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>